UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FFCLRP - DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Estudo sobre relatos de violência contra a mulher segundo denúncias registradas em delegacia especializada na cidade de Goiânia – Goiás nos anos de 1999 e 2000.

Mírian Botelho Sagim

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Ciências, Área: Psicologia.

RIBEIRÃO PRETO - SP
2003

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FFCLRP - DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Estudo sobre relatos de violência contra a mulher segundo denúncias registradas em delegacia especializada na cidade de Goiânia – Goiás nos anos de 1999 e 2000.

Mírian Botelho Sagim

Orientadora: Zélia Maria Mendes Biasoli-Alves

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Ciências, Área: Psicologia.

RIBEIRÃO PRETO - SP

2003

RESUMO

Investigar a questão da violência, particularizando para a chamada de violência doméstica contra a mulher, implica, inicialmente, em identificar como ela é definida e o que se observa, a começar pelo que traz o dicionário, que salienta três aspectos, falando da qualidade do que é violento, do ato violento em si, e do ato de violentar, que são muitos os ângulos pelos quais ela pode ser visualizada. É possível adotar como significado mais geral do termo que se trata de uma ação que evidencia brutalidade, abuso, agressão, constrangimento e desrespeito para com uma outra pessoa. De outro lado, por se ter um objetivo de pesquisa empírica, torna-se necessário que se contextualize e delimite a abordagem do estudo. A literatura tem mostrado que são muitas as transformações ocorridas na estrutura das relações familiares, no vínculo conjugal, nos padrões de comportamentos e relacionamento entre os sexos; contudo, essas mudanças parecem ter alterado pouco o problema da violência doméstica contra a mulher, que dispõe, na atualidade, de maior visibilidade, mas que ainda está longe de uma compreensão mais clara e aprofundada da questão, o que justifica sejam feitas novas investigações. Essa pesquisa tem, assim, como objetivo geral, analisar desde a frequência de ocorrência de denúncia de violência contra a mulher, em Delegacia de Defesa da Mulher (DDM), em dois anos seguidos, em cidade de grande porte, até as variáveis relacionadas ao perfil da vítima, do agressor, do relacionamento mantido pelos casais, razões do não seguimento do processo; esta é, portanto, quantitativa e de cunho descritivo, tem por base documentos em que está registrada a visão das mulheres que vivenciaram violência doméstica por parte de seu marido/companheiro e a registraram na DDM de Goiânia, nos anos de 1999 e 2000. Os dados mostram que é alta a frequência tanto da Lesão Corporal quanto da Ameaça (1999 = 885; 2000 = 1833), bem como que há um aumento significativo de um ano para outro, o que corrobora com o encontrado na literatura. Os resultados mostram que as vítimas têm idade que varia de 15 a 55 anos, estão em união consensual (57,6%) ou legal (42,4%), cerca de 60% exerce atividade remunerada e na maioria das vezes é ela própria quem faz a denúncia; por outro lado, há um número elevado de mulheres que relatam que a violência ocorre há bastante tempo, bem como de que já denunciaram em outros momentos, voltando atrás por razões avariadas, que incluem até promessas de mudança de comportamento do marido/companheiro. A discussão dos dados centra-se no levantamento de possíveis interpretações quer para o aumento da violência doméstica, salientando as questões ligadas à ampla distribuição etária das vítimas, indicando um fenômeno que perdura, às diferenças na educação do homem e da mulher e o poder que é, em geral, atribuído a ele, à

escolaridade e à oportunidade de obtenção de trabalho para cada um dos sexos e finalmente, quais fatores poderiam ser os responsáveis pelo fato de que a grande maioria das mulheres vítimas de violência doméstica, que fazem a denúncia, logo a seguir desistem dela, retirando sua queixa, voltando para a casa e vendo, depois de algum tempo, a situação de violência ser reiniciada, o que levanta a pergunta sobre qual seria, em verdade, a sua expectativa em relação à atuação da DDM.

Abstract

This research has as objectives investigate the issue of violence, specifically the domestic violence against women. This investigation implies in identifying how violence is defined and what is observed, beginning with what is mentioned in the dictionary, which emphasizes three aspects: the quality of what is violent, the violent act itself and the act of violating – many are the point of views it is possible to glance from. It is possible to adopt the more general meaning of this concept, which is about an action that makes visible brutality, abuse, aggression, constraint and disrespect to another person. On the other hand, by having an objective of empirical research, it becomes necessary to bring into context and delimit the approach of this study. Literature has shown that many are the transformations that took place in the structure of the relations inside the family, in the conjugal bound, in the patterns of behavior and relationship between the genders. Although, all this changes seem to have altered very little the problem of domestic violence against women – which has more visibility nowadays, but still far from a clearer and deeper comprehension of this issue – what justifies that more investigations to be done. This research has as general objective analyze since the frequency of denounces of violence against women registered in police station specialized in defense of women (DDM) in the period of two years in a city of big size, until the variables connected to the features of the victims, the aggressor, the relation kept between the couples, the reasons of not following the lawsuit. The present research has a qualitative and descriptive approach, is based documents in which is registered the point of view of women who have gone through domestic violence perpetrated by husband/mate and pressed charges in the DDM of Goiânia in the years of 1999 and 2000. Data show that the frequency is high both for Corporal Damage and Threaten (1999 – 885; 2000 – 1833) and that there is an expressive increase from the first year to the following – which corroborates what, was found in the literature. Results show that the victims has age from 15 to 55 years, being in non-legalized unions (57,6%) ou civil marriage (42,4%), nearly 60% work in paid activities, and in most of times it is the woman herself who makes the denounce. On the other hand, there are a high number of women who mention that the violence has been occurring for a long time, and the they had already denounced in the past, changing their minds for various reasons, including until promises of change of behavior made by the husband/mate. The discussion of the data collected focuses in the survey of possible interpretations for the increase of domestic violence, emphasizing the issues connected to the wide age distribution of

the victims, pointing to a phenomena that remains, despite the differences in the education of man and woman and the power which is imputed to him, the scholarship and opportunity of getting a job for each gender and finally, which factors may be the reasons of the fact that most part of women, who are victim of domestic violence, that press charges, in little time give up and quit it, going back home and seeing, in little time, the situation of violence begin once again, what makes the question of what would be the true expectation towards the actuation of the DDM.

AGRADECIMENTOS

É chegado o momento de dizer Obrigado às muitas pessoas que me apoiaram, ajudaram e permitiram que este trabalho pudesse ser realizado.

A uma pessoa muito especial, minha mãe, não mais presente entre nós, mas que estaria muito feliz e realizada se aqui estivesse; há muito tempo você se foi e eu sinto saudades.

A duas pessoas que sempre acreditaram em mim, meu sogro Odir e minha sogra Vera, que me acolheram como filha além de possibilitarem que eu pudesse buscar realizar um sonho antigo.

Ao meu amigo, cúmplice, companheiro, grande incentivador, meu querido e grande amor Odir, meu funquinho como carinhosamente o chamo; obrigado por tudo que fez e faz por mim, sua paciência quando me sentia perdida você foi imprescindível me dando apoio, carinho e ajudando a encontrar o rumo certo. Essa pesquisa é nossa.

À Delegacia de Defesa da Mulher de Goiânia, na pessoa da Dr^a Gildecy Marinho, pela confiança em mim depositada e permissão de acesso aos documentos.

Às funcionárias e funcionários da Delegacia de Defesa da Mulher que estiveram ao meu lado ajudando, ensinando e tornando conhecido um mundo até então estranho para mim.

A minha querida orientadora, Dra: Zélia, por ser a primeira a acreditar e confiar em mim e aceitar percorrer comigo os caminhos desta investigação. Obrigada ainda pelo carinho, amizade, e por nossas conversas deliciosas; é bom poder estar mais ao seu lado, a convivência com você fez de mim uma pessoa melhor.

A minha grande amiga Vanessa, que sempre me escutou, tentou sem sucesso deixar-me menos ansiosa e estressada, me dizendo para ter calma; obrigada amiga, sua amizade é uma das coisas boas que essa pesquisa proporcionou.

A minha amiga Elide, por suas conversas, risadas, e apoio nas horas difíceis.

A Ruth Estevão, por ser tão especial e amiga, sempre me acolhendo, mostrando outros caminhos, me ouvindo.

A Marina Bazon, por sua amizade e colaboração.

Aos funcionários da CPG, Inês, Denise, Sonia e Cristina, pelo carinho, atenção e amizade, e tudo o que fizeram para mim; vocês serão lembradas como pessoas muito especiais.

A Dê por sua paciência e amizade, atendendo-me em minhas aflições; você será lembrada como uma amiga.

A Izilda e Márcia, sua companhia, apoio e carinho foram fundamentais nesses anos de convivência.

Ao amigo Roni, que sempre parou o que estava fazendo para vir em meu soco: dificuldades com o computador.

Ao amigo Luciano, esta pesquisa dificilmente teria chegado a bom termo sem a sua ajuda; você tornou-se imprescindível e jamais será esquecido, pelo carinho que nos une.

Aos amigos, Marcelo, Ana, Andréia, Angélica, Ronaldo, Marcelo e Luis pelos momentos de conversa.

Às amigas que foram chegando no decorrer do tempo, Larissa, Maria Helena, Fabíola, Daniele, vocês são especiais.

Aos funcionários da Biblioteca Central, pela atenção que sempre tiveram comigo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
A Evolução na visão sobre a mulher	3
1 - Antiguidade, Idade Média, Renascimento, Séculos XIX e Início do XX.....	3
2 - Brasil Colônia, Império e Primeira República	6
3 - A mulher na atualidade	9
4 - Movimento feminista e sua influência nas formas de pensar o papel feminino .	11
5 - Reivindicações e conquistas.....	14
6 - Violência, uma Relação Desigual	16
OBJETIVOS.....	23
Objetivo Geral	23
Objetivos Específicos	23
MÉTODO	25
Sujeitos	25
Procedimentos para acesso ao material e cuidados éticos	25
Relatório médico	26
Procedimentos para análise dos dados	26
Análise do conteúdo dos depoimentos	27
RESULTADOS	28
I - Descrição da amostra referente aos anos de 1999 e 2000.....	28
Idade	28
Estado Civil	29
Tempo de União	29
Filhos	30
Presença de gravidez	31
Profissão	31
Escolaridade	32
II - Perfil do Agressor.....	33
III - A Ocorrência	34
IV - Relatório Médico	35
Atendimento médico	35
V – Percepções expressas pela vítima	37
Relacionamento vítima x agressor.....	37
Características do Agressor segundo a vítima.....	37
A vítima na visão do agressor	38
VI – Os motivos para a violência	39
VII – Continuidade do processo	40
DICUSSÃO	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	49
ANEXOS	54

Lista de figuras

Figura 1- Distribuição da frequência de ocorrência de violência – denúncias registradas na DDM GO.	46
---	----

Lista de tabelas

Tabela 1 Total de ocorrências registradas no ano de 1999 e 2000.....	64
Tabela 2 - Ficha de Coleta de dados.....	66
Tabela 3 - Ficha de coleta de dados dos depoimentos.....	67
Tabela 4- Banco de dados transcrição da ficha de coleta da DDM-GO.....	70
Tabela 5- Conversão dos dados.....	70
Tabela 6 – Transcrição dos dados da vítima.....	71
Tabela –7 Conversão dos dados da vítima.....	71
Tabela 8- Transcrição dos dados do agressor.....	72
Tabela 9- Conversão dos dados do agressor.....	72
Tabela 10 – Transcrição dos dados.....	73
Tabela 11- Conversão dos dados.....	73
Tabela 12- Anperg- coleta dos depoimentos.....	74
Tabela 13- Anperg coleta dos depoimentos.....	74
Tabela 14- coleta dos depoimentos.....	75
Tabela 15- Coleta dos depoimentos.....	75
Tabela 16 – Idade da vítima. Art. 129, ano de 1999.....	76
Tabela 17 – Idade da vítima. Art. 129, ano de 2000.....	76
Tabela 18 - Idade da vítima. Art. 147, ano de 1999.....	76
Tabela 19 – Idade da vítima. Art. 147, ano de 2000.....	76
Tabela 20 – Estado Civil da Vítima. Art. 129, ano 1999.....	77
Tabela 21 - Estado Civil da Vítima. Art. 129, ano 2000.....	77
Tabela 22 – Estado Civil da Vítima. Art. 147, ano 1999.....	77
Tabela 23 - Estado Civil da Vítima. Art. 147, ano 2000.....	77
Tabela 24 – Tempo de união da vítima com seu agressor. Art. 129, ano 1999.....	78
Tabela 25 – Tempo de união da vítima com seu agressor. Art. 129, ano 2000.....	78
Tabela 26 – Tempo de união da vítima com seu agressor. Art. 147, ano 1999.....	78
Tabela 27 – Tempo de união da vítima com seu agressor. Art. 147, ano 2000.....	78
Tabela 28 – Tem filhos? Art. 129, ano 1999.....	79
Tabela 29 – Quantidade de filhos. Art. 129, 1999.....	79
Tabela 30 - Idade dos filhos. Art. 129, ano 1999.....	79
Tabela 31 – Tem filhos? Art. 129, 2000.....	79
Tabela 32 – Quantidade de filhos. Art. 129, 2000.....	79
Tabela 33 – Idade dos filhos. Art. 129, 2000.....	79
Tabela 34- Tem filhos? Art. 147, ano 1999.....	80
Tabela 35 - Quantidade de filhos. Art. 147, ano 1999.....	80
Tabela 36 - Idade dos filhos. Art. 147, ano 1999.....	80
Tabela 37 - Tem filhos. Art. 147, 2000.....	80
Tabela 38 - Quantidade de filhos. Art. 147, 2000.....	80
Tabela 39 - Idade dos filhos. Art. 147, 2000.....	81
Tabela 40 - Meses de gestação. Art. 129, 1999.....	81
Tabela 41 - Meses de gestação. Art. 147, 1999.....	81
Tabela 42 - Meses de gestação. Art. 129, 2000.....	81
Tabela 43 - Meses de gestação. Art. 147, 2000.....	81
Tabela 44 – Profissão da vítima. Art. 129, ano 1999.....	82
Tabela 45 – Profissão da vítima. Art. 129, ano 2000.....	82
Tabela 46 – Profissão da vítima. Art. 147, ano 1999.....	82
Tabela 47 – Profissão da vítima. Art. 147, ano 2000.....	82

Tabela 48 – Idade do agressor. Art. 129, ano 1999.....	83
Tabela 49 - Profissão do agressor. Art. 129, ano 1999.....	83
Tabela 50 - Escolaridade do agressor. Art. 129, ano 1999.....	83
Tabela 51 - Idade do agressor. Art. 129, ano 2000.....	84
Tabela 52 - Profissão do agressor. Art. 129, ano 2000.....	84
Tabela 53 - Escolaridade do agressor. Art. 129, ano 2000.....	84
Tabela 54 - Idade do agressor. Art. 147, ano 1999.....	85
Tabela 55 - Profissão do agressor. Art. 147, ano 1999.....	85
Tabela 56 - Escolaridade do agressor. Art. 147, ano 1999.....	85
Tabela 57 - Idade do agressor. Art. 147, ano 2000.....	86
Tabela 58 - Profissão do agressor. Art. 147, ano 2000.....	86
Tabela 59 - Escolaridade do agressor. Art. 147, ano 2000.....	86
Tabela 60 - Local onde ocorreu a violência. Art. 129, ano 1999.....	87
Tabela 61 - Horário da agressão. Art. 129, ano 1999.....	87
Tabela 62 - Origem da denúncia. Art. 129, ano 1999.....	87
Tabela 63 - Local onde ocorreu a violência. Art. 129, ano 2000.....	87
Tabela 64 - Horário da agressão. Art. 129, ano 2000.....	87
Tabela 65 - Origem da denúncia. Art. 129, ano 2000.....	87
Tabela 66 - Local onde ocorreu a violência. Art. 147, ano 1999.....	88
Tabela 67 - Horário da agressão. Art. 147, ano 1999.....	88
Tabela 68 - Origem da denúncia. Art. 147, ano 1999.....	88
Tabela 69 - Local onde ocorreu a violência. Art. 147, ano 2000.....	88
Tabela 70 – Horário da agressão. Art. 147, ano 2000.....	88
Tabela 71 – Origem da denúncia. Art. 147, ano 2000.....	88
Tabela 72 - Atendimento médico. Art. 129, ano 1999.....	89
Tabela 73 - Agressão sofrida. Art. 129, ano 1999.....	89
Tabela 74 - Como foi a agressão. Art. 129, ano 1999.....	89
Tabela 75 - Atendimento médico. Art. 129, ano 2000.....	89
Tabela 76 - Agressão sofrida. Art. 129, ano 2000.....	89
Tabela 77 - Meio utilizado para praticar a violência. Art. 129, ano 2000.....	89
Tabela 78 - Atendimento médico. Art. 147, ano 1999.....	90
Tabela 79 - Atendimento médico. Art. 147, ano 2000.....	90
Tabela 80 - Estado geral da vítima. Art. 129, ano 1999.....	90
Tabela 81 – Lesões apresentadas. Art. 129, ano 1999.....	90
Tabela 82 - Tratamento médico prescrito. Art. 129, ano 1999.....	90
Tabela 83 - Região do corpo lesionada. Art. 129, ano 1999.....	91
Tabela 84 - Meio utilizado para praticar a violência. Art. 129, ano 1999.....	91
Tabela 85 - Estado geral da vítima. Art. 129, ano 2000.....	91
Tabela 86 - Lesões apresentadas. Art. 129, ano 2000.....	92
Tabela 87 - Tratamento médico prescrito. Art. 129, ano 2000.....	92
Tabela 88 - Região do corpo lesionada. Art. 129, ano 2000.....	92
Tabela 89 - Meio utilizado para praticar a violência. Art. 129, ano 2000.....	92
Tabela 90 - Característica do relacionamento. Art. 129, ano 1999.....	93
Tabela 91 - Característica do relacionamento. Art. 129, ano 2000.....	93
Tabela 92 - Característica do relacionamento. Art. 147, ano 1999.....	93
Tabela 93 - Característica do relacionamento. Art. 147, ano 2000.....	93
Tabela 94 - O autor é? Art. 129, ano 1999.....	94
Tabela 95 - O autor é? Art. 129, ano 2000.....	94
Tabela 96 - O autor é? Art. 147, ano 1999.....	94
Tabela 97 - O autor é? Art. 147, ano 2000.....	94

Tabela 98 - Como o autor vê a vítima. Art. 129, ano 1999.....	95
Tabela 99 - Como o autor vê a vítima. Art. 129, ano 2000.....	95
Tabela 100 - Como o autor vê a vítima. Art. 147, ano 1999.....	95
Tabela 101 - Como o autor vê a vítima. Art. 147, ano 2000.....	95
Tabela 102 - Motivo para a agressão. Art. 129, ano 1999.....	95
Tabela 103 - Motivo para a agressão. Art. 147, ano 2000.....	96
Tabela 104 - Motivo para a agressão. Art. 129, ano 2000.....	96
Tabela 105 - Motivo para a agressão. Art. 147, ano 2000.....	96
Tabela 106 - Já foi agredida antes? Art. 129, ano 1999.....	96
Tabela 107 - Já foi agredida antes? Art. 147, ano 1999.....	96
Tabela 108 - Já foi agredida antes? Art. 129, ano 2000.....	97
Tabela 109 - Já foi agredida antes ? Art. 147, ano 2000.....	97
Tabela 110 - Quantas vezes foi agredida antes? Art. 129, ano 1999.....	97
Tabela 111 - Quantas vezes foi agredida antes? Art. 147, ano 1999.....	97
Tabela 112 - Quantas vezes? Art. 129, ano 2000.....	97
Tabela 113 - Quantas vezes? Art. 147, ano 2000.....	97
Tabela 114 - Já denunciou? Art. 129, ano 1999.....	97
Tabela 115 - Já denunciou? Art. 147, ano 1999.....	98
Tabela 116 - Já denunciou? Art. 129, ano 2000.....	98
Tabela 117 - Já denunciou? Art. 147, ano 2000.....	98
Tabela 118 - Por que não denunciou? Art. 129, ano 1999.....	98
Tabela 119 - Por que não denunciou? Art. 147, ano 1999.....	98
Tabela 120 - Por que não denunciou? Art. 129, ano 2000.....	98
Tabela 121 - Tentou separar? Art. 129, ano 1999.....	99
Tabela 122 - Tentou separar? Art. 147, ano 1999.....	99
Tabela 123 - Tentou separar? Art. 129, ano 2000.....	99
Tabela 124 - Tentou separar? Art. 147, ano 2000.....	99

INTRODUÇÃO

Em 25 de novembro comemorou-se em todo o mundo o dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher. De acordo com o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas-PNUD, 33% das mulheres entre 16-49 anos de idade ainda sofrem algum tipo de violência na América Latina, e praticamente a metade delas (45%) passa por agressões, ameaças. A violência contra a mulher não escolhe cor, raça, credo religioso, cultura, condição social, nacionalidade. É um fato nos mais diversos grupos sociais.

Nesse sentido, quando se busca avaliar como evoluem as sociedades humanas ao longo dos séculos, pode-se perceber ora avanços ora retrocessos, ou seja, parece que se caminha muito e adequadamente em um aspecto enquanto outros permanecem estacionários ou mesmo dão a impressão de retomarem, depois de algum tempo, certos padrões mais antigos; neste último caso, encontra-se a área social, palco da observação das maiores dificuldades e é também aí que se insere a questão da violência, quer seja ela a perpetrada pelo estranho, quer a que acontece no espaço do privado, levada a cabo pela pessoa mais próxima, pelo parente.

Pode-se, assim, afirmar que o problema da violência é muito difundido e antigo, o que o coloca também como um assunto discutido por muitos, pesquisado por grupos de diferentes áreas, mas ainda sem uma compreensão mais ampla, capaz de auxiliar na sua prevenção.

No Brasil, a discussão a respeito da violência doméstica é facilmente datável. Em 1980 ocorreu uma sucessão de crimes que tiveram repercussão nacional: inicialmente o ‘crime de Búzios’, logo seguido por mais dois assassinatos de mulheres em Minas Gerais; as três vítimas pertenciam à classe média alta e os agressores eram seus maridos, o que fez ganharem a mídia e passarem a influir na opinião pública. É certo que se espera seja o lar, o local de proteção, de afeto e de cuidado, o que leva a um sentimento de maior estranheza por ele se tornar o espaço da agressão e dos maus tratos.

De lá para cá aconteceram mudanças na legislação, na visibilidade do problema e mesmo em ações da comunidade, visando acolher e orientar às vítimas da violência doméstica. Mas, sem dúvida que ainda há um longo caminho a percorrer.

Assim, pesquisar a violência contra a mulher, ainda que se trate de um tema complexo, muitas vezes de difícil visibilidade por ocorrer no espaço da casa, com conotações diferentemente dolorosas, porque praticada por uma pessoa com a qual existe um vínculo afetivo, é cada vez mais necessário; e isto se justifica tanto pela alta frequência com que vem ocorrendo

quanto pela sua disseminação atingindo mulheres de idade, camada social e grupo cultural os mais diversificados.

Esta pesquisa busca, pois, trazer elementos que possam contribuir para o avanço da compreensão do problema da violência doméstica. É de suma importância aprofundar o entendimento do que vivem as mulheres vítimas de violência doméstica e como interpretam a sua situação.

A Evolução na visão sobre a mulher

1 - Antiguidade, Idade Média, Renascimento, Séculos XIX e Início do XX

Na sua trajetória através dos tempos a mulher tem assumido papéis diferentes, ora extremamente passivos, chegando a ser considerada como escrava do homem, ora podendo desempenhar funções que a colocavam numa posição mais igualitária com o sexo masculino, desfrutando de liberdade dentro e fora do lar.

Pesquisas históricas mostram (Vaillant, 1965) que nas civilizações mais adiantadas da Antiguidade a mulher era credora de um tratamento humano, como ocorriam entre os sumérios, babilônios e egípcios. O mesmo pode ser observado em alguns dos povos indígenas das Américas, como os astecas e incas.

Segundo Vaillant (1965), na civilização asteca, as jovens eram preparadas para serem sacerdotisas, quando lhes era ensinada a arte de tecer e trabalhar com penas para a vestimenta sacerdotal, ou entregues aos cuidados maternos e consideradas aptas para o casamento aos dezesseis anos de idade. O divórcio podia acontecer sob certas condições, e o repúdio também era tolerado, sendo dado à mulher o direito de se livrar do marido que não pudesse sustentá-la, e de se casar novamente com quem lhe agradasse, exceto se fosse viúva, hipótese em que o novo casamento teria que ser com o irmão do falecido.

Portanto, as mulheres astecas possuíam direitos definidos, embora sem a amplitude do que se atribuía ao homem. A sociedade permitia que ela tivesse bens, celebrasse contratos e comparecesse aos tribunais em busca de justiça; mas, deveriam ser fiéis ao marido, ao passo que deste eram toleradas transgressões conjugais, exceto se ele as cometesse contra as mulheres casadas.

Também os egípcios dispensavam às mulheres tratamento semelhante ao dos astecas; os homens eram guerreiros e administradores, as esposas incensuráveis e ternas companheiras, gozando de ampla liberdade no lar e na sociedade, mas pagavam com a morte sua infidelidade.

Já em Atenas, a mulher honesta vivia em reclusão, pois somente aquelas sem reputação eram convidadas para as festas de homens. As casadas saíam de casa vigiada, eram recatadas e não emancipadas, estavam proibidas de freqüentar a Assembléia e de desempenhar cargos públicos. Na realidade, sua sujeição ia ao extremo de não serem conhecidas pelo seu nome, mas como mulher de A ou B.

Na China milenar, o casamento representava um verdadeiro negócio, tratado pela família dos noivos (Gernet, s/d), tendo assim uma natureza econômica; e a mulher podia ser repudiada por motivo de desobediência, ciúme e até tagarelice; os costumes eram severos e a chinesa vivia sob a expectativa da menor quebra de sua conduta. Entretanto, aos poucos a situação se abrandava, havendo cidades em que ela, ante a dificuldade econômica do marido, podia ter amantes que se denominavam “maridos de complemento”, notando-se, entretanto uma distinção entre as classes sociais, pois as mulheres da alta sociedade e oriundas de famílias ricas ficavam reclusas e tinham vidas ociosas, enquanto que as de baixa renda cuidavam ativamente dos negócios do casal. A emancipação, assim da mulher na China ocorreu de forma paulatina.

Durante a Idade Média, nos países da Europa ocidental, quando se analisa o que se passou com a mulher, verifica-se que se desenvolveu um sentimento de exaltação da figura feminina, tanto a idealizando quanto fazendo dela a encarnação do demônio; era, então comum, nas cortes medievais, que ela gozasse de grandes regalias, fosse adorada e pudesse, por morte do rei ou imperador, ocupar o trono até que o sucessor atingisse a maioridade.

O período do Renascimento traz uma nova mudança, permitindo à mulher deixar mais a esfera do lar e ter atuação social, nos salões, movimentos políticos e literários da época. A evolução parece ir num crescendo, e no século XVII, depois da Revolução Francesa, fica bem claro que a mulher começa a ter, de maneira mais sistemática, acesso à instrução, ao conhecimento das letras, da música, da pintura, tornando-se mais apta ao convívio e à participação social, ainda que, para a burguesia que neste período está se estruturando, sua função prioritária fosse a de criar e educar bem a sua prole.

Com o surgimento de uma nova corrente literária, o Romantismo, na Europa do século XIX, alguns aspectos do papel da mulher irão se alterar e outros apenas se acentuam. O mundo ocidental, através da literatura, da arte e da música, vai ter a partir de agora uma nova maneira de pensar a mulher que começa a buscar outros horizontes, adotando, inclusive, profissões até então exercidas apenas pelo homem e iniciando uma luta pela possibilidade de dirigir aspectos de sua vida ainda sob o total controle masculino (Hans, 1991).

Massi (1992) diz que só no final do século XIX e início do XX as mulheres passaram a reivindicar de fato seus direitos; mas, ainda assim muitas mudanças aconteceram primeiro em direção à melhoria de qualidade de vida para as crianças através do amparo do Estado, enquanto que a condição dela dentro do lar continuou a mesma. Transformações significativas só irão ocorrer efetivamente, e de forma bem direcionada, depois da II Guerra Mundial, quando as mulheres procuram de maneira sistemática seu lugar na sociedade, como pessoa capaz de

trabalhar e tomar para si responsabilidades que antes cabiam apenas ao homem. Daí, em diante, as alterações serão grandes, mais rápidas e profundas. Massi (1992) diz que;

“antes o homem dirigia o lar porque era provedor, mas quando a mulher passa a trabalhar fora, a equação doméstica do poder se altera, a mulher também quer dirigir, e aos poucos vai adquirindo essa gestão, mas para todos os efeitos é o homem que ainda dirige o lar e a família”. (pp.52,53).

2 - Brasil Colônia, Império e Primeira República

No Brasil, pode-se começar a analisar o papel da mulher, em especial passado quase 200 anos de seu descobrimento, quando, então, a Colônia já está formada. Nesse período, segundo Silva (1992);

“o senhor branco era figura centralizadora do poder. Neste contexto a mulher branca rica era auxiliadora do esposo na manutenção da posição desempenhando funções ligadas a procriação e supervisão de trabalho das tarefas domésticas realizadas por escravas e escravos. Já as mulheres brancas pobres por não poderem trabalhar fora, acabam por se prostituir para garantir sua sobrevivência. (p. 64)

A situação da mulher no Brasil colônia é, pois de extrema submissão ao homem, que se mantém como o que detém o poder de mando e há diferenças grandes em função da classe social a que ela pertence. Segundo Bassanezi (1996), a mulher originária de uma família pobre e que precisa trabalhar para se sustentar tem um baixo conceito; por outro lado, as de boa família gozam de muito menos liberdade.

Entretanto, é mister que se saliente, que sempre existiram aquelas que não se conformaram a esse controle e assumiram posições diversas, trazendo para a história nacional, modelos muito diferentes; é o caso de Chica da Silva, Anita Garibaldi, que transpuseram seu destino, saindo de casa e dedicando-se a afazeres não domésticos.

Mas, a grande maioria tem a sua vida inteiramente definida pelos ditames da família, segundo os moldes da sociedade em que ela está inserida. Para isto contribui de maneira exemplar o processo de educação a que ela é submetida, dando-lhe como única opção para ser aceita e “feliz” sua dedicação a casa, ao marido e aos filhos. E, que se saliente que no Brasil, até as últimas décadas do século XVIII e primeiras do XIX, os casamentos eram arranjados e impostos; eras um contrato conjugal, cabendo aos pais, padrinhos e tutores a decisão e escolha do noivo/marido, prevalecendo sempre à decisão e o interesse familiar.

Assim, é de supor que a educação do menino e da menina fosse essencialmente diferente; ela conduzida para ser amável, prestativa, modesta, premedada e trabalhadeira, devendo se tornar boa esposa boa mãe e ele treinado para assumir o comando da casa e da vida da família, elo entre o privado e o público, responsável pela transmissão de valores à sua prole (Biasoli-Alves, 2000).

A colocação de Costa (1979) vai ao mesmo sentido, quando ele afirma que;

“A natureza no homem parece vencer os obstáculos que se lhe opõem, pela força e atividade; na mulher, ela parece subtrair-se a sua ação, não reagindo sobre eles” (p.237).

A família colocava assim na sociedade seres inteiramente diversos: O homem com as características de forte, viril, capaz, um ser essencialmente racional; a mulher frágil, feminina, abnegada e muito mais dominada pelo emocional. Para chegar a este resultado, os mecanismos de proteção à mulher foram ativados, servindo, ao mesmo tempo, como instrumentos de manipulação e controle, visando sua subordinação e dependência.

Para Gregori (1992),

“o lugar da natureza foi ocupado pela educação, já que a educação diferenciada modela comportamentos, como tipicamente femininos e masculinos. Essa modelagem de condutas segundo recorte de gênero, vai prescrevendo desde a infância uma maneira de atuar no mundo”. (p.142).

Esta forma de proceder é tida como a mais correta até os anos 50, sendo desejável uma educação rigidamente diferente desde o berço; as meninas tinham que apreender como cuidar da roupa, da comida, a tocar piano, a bordar, a desempenhar tarefas típicas de uma boa filha e de uma futura 'dona de casa' e mãe, um processo de socialização que visava fazer dela a “rainha do lar”, como ressalta (Duram, 1993), pretendendo que elas logo se identificassem positivamente com este papel, e aos dez anos já possuísem um treinamento específico em costuras, manutenção e limpeza da casa, cuidado com irmãos menores e pequenas compras.

Uma consequência natural desses procedimentos era serem as meninas mais protegidas, sobretudo do mundo exterior, e orientadas às coisas do ambiente doméstico e esperava-se que se tornassem ‘bem comportadas’, recatadas, delicadas, compreensivas em relação ao comportamento do outro, reprimidas sutilmente, com o “isto não é brincadeira de menina”, “moça bonita não faz isso” (Biasoli-Alves, 2000).

Já a educação dos meninos seguia caminhos diversos, a começar pelos brinquedos que exigiam uma atividade física muito maior: são bolas, pipas, carros, bicicletas; e as brincadeiras os levavam para fora de casa e desde cedo aguçavam suas noções de espaços e de limites. Deles se esperava liderança, expansão e até certa agressividade.

Chega-se, assim, a diferenças de gênero e ao estabelecimento de formas, mais ou menos rígidas das relações entre o masculino e o feminino que Puga Souza (1998) descreve da seguinte maneira:

“as relações de gênero são também de poder e contraditórias, em que homens e mulheres jogam, se violentam se opõem mas também se completam. São relações que ignoram fronteiras geográficas, de classes sociais e de divisões de mundo e acabam por permear o cotidiano social”(p.235.)

Esta socialização diferenciada de meninos e meninas estaria na raiz do chamado machismo, que passa a determinar regras do tipo: “homem não chora”, “menino não brinca de boneca”, “menina não joga bola”, e tantos outros, reforçando as diferenças construídas e possibilitando a discriminação.

A questão da violência doméstica ou familiar como dizem alguns autores, (Safiotti, 1997; Schraiber, 1999) é vista muitas vezes sendo fruto de uma educação diferenciada, das diferenças de gênero, e do poder do “homem” sobre a mulher; mas, este é um tema ao qual se irá retornar depois.

3 - A mulher na atualidade

A evolução milenar dos direitos políticos, sociais e econômicos é produto de ásperas lutas e, no caso da mulher, será lento o caminho na busca de seus direitos.

Reafirma-se que macro eventos, principalmente a Revolução Industrial e a II Guerra Mundial, e grandes movimentos sociais, em especial o Feminismo, tiveram um papel decisivo para o desenvolvimento e reconhecimento da mulher na sociedade; destaque precisa ser dado ainda, no nosso caso, ao maior acesso à educação e o avanço da Medicina, que trouxe a possibilidade de ela exercer o controle sobre sua reprodução.

É fundamental que se assinale também o papel que as religiões têm desempenhado na determinação das formas de a mulher ser considerada. O Alcorão coloca preceitos que se não forem seguidos, punições severas acontecem; além disso, refere-se à mulher como um ser com pouco discernimento, consciência e inteligência. Também na teologia cristã, em muitos momentos foi dada ao homem uma supremacia sobre a mulher, e orientações claras de que ela deveria ser evitada, porque era frágil, facilmente convencida e ocasião de pecado.

Biasoli-Alves (2000), ao traçar um histórico das mudanças no papel da mulher ao longo do século XX, tendo como foco a sociedade brasileira, afirma que os padrões rígidos vão sendo alterados vagarosamente nesse período, fruto de 'macro' varáveis do social, como a crescente industrialização e urbanização, mesmo nos países, até esse momento, de economia essencialmente agrária; a autora diz que;

“nas últimas décadas do século XX, a maior escolarização e a profissionalização da mulher acarretaram um contato mais amplo e constante com o social; como consequência, o questionamento se intensificou e atingiu muitas áreas (...) Assim a transformação pode ser vista como acelerada e também lenta, dependência do referencial que se utiliza. Nessa óptica, pode-se afirmar que valores tradicionais como ‘Respeito’, ‘Obediência’, ‘Submissão’, ‘Delicadeza no Trato’, ‘Pureza’, ‘Capacidade de Doação’, e ‘Habilidades Manuais’, que foram considerados atributos fundamentais e definidores da ‘boa moça’, até meados século XX, são passados para trás’, o que significa ‘deixar de estar na linha de frente’ da educação da menina/moça, permanecendo, sem duvida, de forma ‘encoberta’, enquanto, a mulher conquista o direito à escolarização e a exercer atividades profissionais diversificadas (p.11)”

Rago (1985) diz que a trajetória da mulher em busca de seu espaço e lugar na sociedade começa quando ela não quer mais para si o rótulo de;

“Frágil e soberana, abnegada e vigilante, um novo modelo normativo de mulher, elaborado desde os meados do século XIX, prega novas formas de comportamento e de etiqueta”. (p.62).

Ao longo da história ela vem construindo seu caminho e não pode ser negado que sua inserção social hoje é muito diferente da que se observava há 80/100 anos. Segundo o Especial da Mulher da Revista Veja de agosto de 1994, a situação da mulher brasileira hoje é outra, com um avanço garantido através de seu ingresso no mercado de trabalho que, em apenas 20 anos, cresceu 70%, contra um decréscimo de 18% para os homens. O IBGE, ao traçar o perfil da mulher do novo milênio, mostra que existiram conquistas significativas ao longo da história brasileira. Atualmente, há cerca 40,3% de mulheres no mercado de trabalho; 56,6% trabalham no setor de serviços; 26% das famílias têm como chefe uma mulher. Assim, o que se observa é a mulher cada vez mais ocupando um espaço público que tradicionalmente lhe era vedado e com condições de decidir com quem e quando irá se casar, quantos filhos terá.

De certa forma, é a isto que se refere Badinter (1986), quando mostra que com o passar do tempo, o poderio e a responsabilidade das mulheres aumentam e os do homem decrescem. O pai pode até ficar com o papel de provedor, mas o poder acha-se mais dividido, sendo as regras vigentes compartilhadas com o professor, e mesmo o terapeuta.

4 - Movimento feminista e sua influência nas formas de pensar o papel feminino

No final dos anos 60, concomitantemente nos Estados Unidos e Europa, o movimento feminista começa a ser articulado, tendo como importantes precursoras Simone de Beauvoir e Betty Friedmam.

Essas escritoras irão defender os postulados de liberdade e igualdade para a mulher, postulados estes que ganharam força em toda Europa, Estados Unidos e América Latina, com uma bandeira de luta e reivindicações amplas, incluindo toda a problemática que envolve a vida familiar e social da mulher. Trata-se de um movimento que buscará dar às mulheres um lugar na história, de preferência escrito por elas mesmas, tirando-as do anonimato e invisibilidade. Claramente deflagrado na segunda metade do século XX, o Movimento Feminista discute liberdade de expressão, de pensamento e de exposição dos problemas que atingem as mulheres, insistindo em direitos iguais e cidadania.

Interessante notar que as questões femininas vão gradativamente aparecendo como objeto de estudo em diversas áreas do conhecimento como História, Antropologia, Sociologia, Psicologia, Educação, Saúde e Direito.

E, conforme assinala Massi (1992) “*O movimento feminista foi o fio que permitiu às mulheres tecerem um novo desenho na trama do social*” (p. 14), ou seja, possibilitou, através de uma nova ideologia de vida e comportamento, mudanças e rupturas.

Nesse sentido, o primeiro ponto importante diz respeito ao trabalho da mulher fora de casa: de execrado ele chegará a louvado e essencialmente desejado. Vale ressaltar que, em termos, sobretudo de Europa, a II Guerra Mundial foi a grande responsável pelas alterações, porque, por necessidade, levou as mulheres a se inserirem nas fábricas, em substituição aos homens que tinham ido para a guerra; e, na continuidade, quando ela terminou e os homens retornaram pretendendo seus postos de trabalho de volta, eclodiram os conflitos, havendo tentativas de novamente estabelecer uma divisão que fizesse a mulher retornar ao lar, o que ela agora não era mais capaz de aceitar passivamente.

A análise dessa situação põe em evidência o fato de que a partir do momento em que a mulher sai da esfera exclusiva do espaço privado e passa a conviver também no público¹, isto

¹ Rago (1985) e Massi (1992), ao discutirem as questões ligadas à definição de espaço público e privado, afirmam que o primeiro era deles, dos que detém o poder de decisão, sabem o que querem, são fortes e decididos, o segundo, o lugar próprio delas, seres frágeis, dóceis, mães e esposas, rainhas do lar, pouco capazes de pensarem e tomarem suas próprias decisões.

possibilita a ela uma outra forma de enxergar a realidade fazendo com que, mesmo sofrendo restrições, aconteçam ganhos muito acentuados nas suas condições de luta por direitos e participação na sociedade (Biasoli-Alves, 2000).

No Brasil a situação da mulher não é diferente daquela que se observa no resto do mundo, apenas será mais tardio aqui o início do movimento feminista (anos 70); por outro lado, ele estará, na década seguinte, muito vinculado também a lutas diversas, porque o país encontrava-se no final de um período de ditadura e as mulheres irão se unir a segmentos da sociedade civil, em prol da anistia aos exilados políticos, na discussão da redemocratização; contudo haverá um segmento que se ocupará com temas específicos das chamadas ‘bandeiras feministas’, como saúde, sexualidade, aborto e violência, mesmo porque esta última questão será exacerbada tendo em vista o assassinato de mulheres da alta sociedade por seus companheiros, gerando grandes reportagens na imprensa falada, escrita e televisiva².

Os meios de comunicação abrem, então, espaço para falar do tema da violência contra a mulher, sobretudo a doméstica; questões são aprofundadas e ampliadas, elevando-se o número de pesquisas e surgindo a luta pela criação de órgãos de apoio e atendimento específico à mulher. O problema passa, assim, a ter maior visibilidade. Esses crimes desencadearam diversos protestos e o slogan “Quem ama não mata”; as mulheres se juntaram, saíram às ruas, organizando-se no sentido de acompanhar qual seria o desfecho destes homicídios (Sorg & Monteiro, 1985)³.

A argumentação de legítima defesa da honra, frequente nos tribunais brasileiros, que parece dar ao homem o direito de castigar quem infringe uma ‘norma quase que sagrada’, dirigida só à mulher, exigindo dela fidelidade, decore e circunspeção, gera críticas e revolta. A luta que se expande, a problemática da violência contra a mulher no ambiente doméstico passa a ser analisada e o movimento feminista, em parte inspirado e apoiado no que acontecia em outros países, começa a fazer reivindicações e a traçar novas estratégias.

² A Rede Globo de televisão exibiu no final dos anos 80 o seriado ‘Quem ama não mata’, de grande impacto, que relatava a vida de uma família em que havia violência contra a mulher, que termina com o seu assassinato pelo marido. Este seriado veio como decorrência de fatos verídicos que atingiram a classe média alta da sociedade brasileira, por serem pessoas conhecidas, ricas e ‘bem nascidas’. Trata-se do assassinato de Ângela Diniz, no Rio de Janeiro, por seu companheiro Doca Street, de Heloisa Ballesteros e Cristhel Arvid Johnston, respectivamente no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte.

³ O resultado em si não foi nem satisfatório, pois Doca Street, julgado em 1979 pelo assassinato de Ângela Diniz, foi condenado a uma pena mínima de dois anos com direito a Sursis, demonstrando de certa forma, de acordo com a própria imprensa da época, que cometer homicídio contra uma mulher era um ato menor, exigindo uma punição irrisória; e pior ainda, levantando um questionamento sobre o comportamento da vítima, acusando-a de denegrir os bons costumes, merecendo, assim, algum tipo de represália.

De acordo com Massi (1992), a mulher brasileira, de treinada para ser inferior e não capaz de tomar decisões sozinhas assume a possibilidade de gerir a própria vida.

“A partir do momento em que o discurso masculino não mais definia o que é ser mulher, afazeres e responsabilidades tidos como naturais e inerentes à condição feminina passam a ser questionados e a ideologia patriarcal começa a fazer furos”. (p.15).

E a autora continua, afirmando que;

Foram todas essas mudanças que promoveram o questionamento do casamento, da maternidade, do aborto. Os contraceptivos, o divórcio e a universidade contribuíram para uma independência maior da mulher, dos estratos médios urbanos.(p-53).

5 - Reivindicações e conquistas

A Organização das Nações Unidas-ONU havia decretado como década da mulher o período de 1975 a 1985; isto possibilitou que fosse criado um número expressivo de programas e atividades voltados para as mulheres; no final da década de 70 já existiam cerca de 150 abrigos para mulheres só na Inglaterra e Gales; e em 1973-1974 eles começam a surgir nos Estados Unidos, a partir de estudos que mostravam serem necessários tendo em vista a frequência da violência doméstica naquele país (Oliveira, 2001).

Analisando a evolução da Legislação Brasileira, no que tange à condição da mulher, tem-se primeiramente que a Constituição de 1824 manteve-se silenciosa em relação a seus direitos, relegando a regulamentação destes para a lei ordinária. A Constituição de 1937, no artigo 108, dá à mulher o direito do voto, dizendo que “*São eleitores os brasileiros de um e outro sexo, maiores que se alistarem na forma da lei*”, o que representou um avanço, mesmo sabendo-se que neste período o voto feminino era facultativo, ou seja, votava aquela que se interessasse pela política e pelos negócios públicos. A Constituição de 1988, no seu art.5º, inciso I, diz: “*Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações*”.

Daí em diante outras conquistas legais foram acontecendo; em 1996 há a Lei do Concubinato, que reconhece como família àquela que advém da convivência duradoura, pública e contínua, de um homem e uma mulher. Posteriormente a legislação irá incluir direitos da mulher que coíbem a argumentação de legítima defesa da honra.

Por outro lado, como decorrência dos muitos movimentos e atividades de que participaram as mulheres brasileiras, ora buscando defender a igualdade, ora clamando diretamente contra a discriminação sofrida e a violência de que eram vítimas, tanto na família como na sociedade, no início dos anos 80, um grupo começa o SOS-Mulher (Sorg & Monteiro, 1984); dele participavam juristas, psicólogas, militantes políticas e também mulheres que sofriam violência por parte de seus maridos/companheiros, sendo seu objetivo ajudar, libertando-as da opressão e do machismo⁴ (Izumino, 1996).

Entretanto, a análise do pretendido pelas mulheres que procuravam o SOS-Mulher indicava que elas não queriam seus companheiros presos pelas agressões praticadas, mas que eles mudassem seu comportamento, cessando a violência para que elas pudessem voltar para

⁴ Para as militantes feministas a violência só cessaria se houvesse uma reorganização entre os sexos;

casa e recuperar a harmonia familiar (Izumino, 1996); será esta forma de pensar, contrária à do SOS-Mulher, que determinará o seu fim.

Mas, outros movimentos aconteceram e trouxeram resultados⁵.

Em 1983, foi criado o Conselho Estadual da Condição Feminina. A seguir, surge o Programa de Atendimento Integral a Saúde da Mulher-PAISM. (Costa, 1992) e em 1985, as Delegacias (Anexo 1 e 2). Em 1986 há uma mobilização visando a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher-CNDM. Em 1990, no governo da Prefeita Luiza Erundina, em São Paulo, surge a Coordenadoria Especial da Mulher-CEM, com um programa especial de combate à violência, e que dará origem a Casa Eliane de Grammont, e a Casa Abrigo Helenira Resende, mais duas ações no combate a violência contra a mulher. O final dos anos 90 traz para o Movimento Feminista brasileiro a luta pela implantação na rede pública de saúde, de um serviço de assistência à mulher vítima de violência doméstica. Nos primeiros anos do novo século aparecem outras alternativas de intervenção e o aprimoramento no atendimento.

Esse histórico evidencia que existiram várias conquistas importantes, mas há ainda um longo caminho a percorrer no sentido de se compreender o fenômeno, o que justifica a realização deste estudo.

⁵ O 1º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, Bogotá, 1981, institui a data de 25 de Novembro como sendo o Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher; data essa que é uma homenagem à memória das irmãs Mirabel, brutalmente assassinadas na República Dominicana, durante o regime do ditador Trujillo, em 1960.

6 - Violência, uma Relação Desigual

Badinter (1986), em seu livro *Um é o Outro*, faz uma análise do relacionamento homem – mulher e diz;

“Para todos os lugares que olharmos, o homem e a mulher não são apenas diferentes, mas se completam tão bem que, juntos são quase todo-poderoso: senhores da vida, artesãos de sua sobrevivência, de seu prazer e do calor afetivo necessário. Separados Um do Outro, parecem ao mesmo tempo inúteis e em perigo de morte, como se apenas a unidade dos dois tivesse sentido e eficácia. Um deve esposar o Outro e colaborar com ele para que a humanidade fique completa, isto é realizada, acabada perfeita”. Nada indica a priori a supremacia de Um ou a menor necessidade do Outro “. (p. 23).

As transformações que vêm ocorrendo na estrutura das relações familiares, referentes aos vínculos conjugais, como também as novas formas e padrões de comportamento e relacionamento existentes entre os sexos, acham-se ligadas a mudanças no Estado, na sociedade e na comunidade em geral, possibilitando outros encontros e desdobramentos, que ora têm significado avanços, ora assumem a característica de retrocesso, ou de ‘marcar passo’ sem conseguir encontrar formas adequadas de lidar com os problemas; e a violência é um deles; como já se pontou, ela está presente desde sempre, aparecendo com maior ou menor intensidade em épocas diferentes, como um fenômeno mundial que perpassa todas as culturas, etnias, tipos de economia e regimes políticos.

Entretanto, nos dias atuais, ela tem grande visibilidade, seja porque o interesse está em denunciar, ou pelo fato de que se encontra exacerbada entre os mais diversos grupos sociais, seja ainda porque se mostra gratuita, mas, sobretudo pela consciência de que a sua presença significa um confronto direto com os Direitos da Pessoa, uma vez que suas consequências são: opressão, pânico, medo, insegurança, sensação de abandono, depressão, implicando em tortura psicológica, humilhação e perda da liberdade, quando não, da vida (Schraiber, 1999).

Dirigindo a atenção para o tipo específico de violência que é a doméstica, assume-se inicialmente a grande complexidade do tema, porque ele diz respeito ao mesmo tempo a alguma coisa que acontece no espaço do privado, sendo, então, restrito às pessoas que dele fazem parte, mas que tem todo um entrelaçamento com o social.

Assim, de um lado há a família, uma instituição que sofre mudanças constantemente, a começar pelo seu tamanho, pelos papéis atribuídos ao homem e à mulher, aos adultos e às crianças, mas que se constitui em um tipo de agrupamento estável através das sociedades e dos

tempos, fundado na responsabilidade pelo cuidado e educação das gerações mais novas. De outro, a sociedade que interfere e que é chamada a oferecer subsídios para que a situação de violência termine (Biasoli-Alves 1999^a; Biasoli-Alves 1999b; Biasoli-Alves 2000; Duram 1993; Morgado 1986; Romanelli 1995).

Saffioti (1997) afirma que;

“A violência doméstica ocorre numa relação afetiva cuja ruptura demanda, via de regra, intervenção externa. Raramente uma mulher consegue desvincular-se de um homem violento sem auxílio externo. Até que isso ocorra, descreve uma trajetória oscilante, com movimentos de saída da relação e retorno a ela”. (p. 85).

A análise do problema mostra assim que se tem de um lado a necessidade de respeito à privacidade de cada um, segundo o princípio de não tornar público o que acontece dentro de casa, para não expor a imagem da instituição familiar, que deve permanecer intocada (Caldana, 1991) e de outro a urgência em que terceiros interfiram para fazer cessar a violência.

Nesse momento, indaga-se sob quais perspectivas o problema pode ser definido, e quais as características que assume. (Anexo 3).

Sumarizando uma resposta, pode-se dizer que se se entende por uma situação de violência doméstica contra a mulher o que pode ser registrado como uma ação frequente, agressiva, a ela dirigida, seja física, sexual ou verbal. (Conrado, 2001). Um de seus componentes adicionais está, pois no número de vezes que ocorre, e ela se refere ainda a agressões pelo fato de ser mulher, localizando o problema numa visão de mundo em que os homens têm maior liberdade e legitimidade para agredir.

É fácil, neste caso, perceber que se está diante de uma contradição, porque o imaginário social vê a casa como um lugar seguro, tranquilo onde o ser humano inicia seu desenvolvimento, pode se sentir à vontade e protegido, forma sentimentos, as primeiras relações afetivas, assimilam modelos; assim, quando nessa família a violência se faz presente fica muito mais difícil reagir, e mesmo entender a situação porque a pessoa foi ensinada que é nesse ambiente que ela terá amor, carinho e proteção. Por esta razão é que Saffioti (1997) diz que;

“as pessoas sentem-se envergonhadas de admitir, mesmo para amigos, que um membro de sua família pratica violência. Assim, qualquer que seja modalidade de violência, geralmente se forma em torno dela uma conspiração do silêncio. Ninguém fala sobre o assunto”. (p. 53).

Torna-se, pois, quase inacreditável pensar que dentro de seu lar a mulher esteja à mercê de um companheiro agressivo; isto contraria o que se poderia esperar, uma vez que este espaço é

visto como sagrado. No casamento supõe-se que homens e mulheres encontrarão não só a satisfação sexual, mas também uma compreensão mútua de suas necessidades afetivas, num patamar de igualdade e troca, de direitos, deveres e cumplicidades.

Os dados da literatura mostram que é rara a mulher se defender; o comum é ela se calar diante da violência sofrida, encarando-a como parte do seu destino. Concorde-se, então, que ela necessita de ajuda e apoio para conseguir sair de uma relação violenta. Contudo, cada uma reage de um modo; há aquelas que mesmo não estando satisfeitas com o tipo de vida que levam, mas mal esboçam um ato de defesa e muito menos tentam reagir, ou deixam transparecer algo que estão sofrendo, por que não foram socializadas para tal, e reivindicar seria vergonhoso; outras se acostumaram a calar diante de todas as atitudes do companheiro, abafando seus desejos, sonhos, deixando que ele invada sua privacidade e tolha seus atos. Desprovidas de autoridade para se contraporem à violência sofrida, e preocupadas com o que os outros possam pensar de seu casamento, elas se conformam com a situação em que vivem; e há aquelas que, por terem uma condição financeira favorável, recorrem ao consultório do terapeuta para resolverem seus problemas⁶.

Segundo Schrailber (1999), entre as mulheres das classes menos privilegiadas a situação é dramática, por que elas convivem com a ocultação da violência conjugal e sem recursos para sair dela; vão ao médico, explicam pouco o que sentem, dizendo apenas que estão nervosas, recebem receitas de calmantes e tranquilizantes e tudo continua inalterado.

O passo seguinte consiste em perguntar pelas causas da violência contra a mulher perpetrada por seu companheiro.

Safioti (1999) diz que *“de qualquer maneira, a violência doméstica pode ter causas muito mais profundas do que o afloramento de raivas e tensões* (p.23), colocando como fator de manutenção do ‘status quo’ a grande dependência que a mulher manifesta em relação ao homem, mesmo quando não existe a necessidade de ser por ele sustentada. Ela afirma que;

“A ambigüidade da conduta feminina é muito grande e compreende-se o porquê disto. Em primeiro lugar, trata-se de uma relação afetiva, com múltiplas dependências recíprocas. Em segundo lugar, raras são as mulheres que constroem sua própria autonomia ou que pertencem a grupos dominantes. Seguramente, o gênero feminino não constitui uma categoria social dominante. Independência é diferente de autonomia”. (p.88-89).

Numa outra perspectiva, Oliveira (2001) além de buscar identificar quais seriam os motivos que levariam um homem a agredir sua esposa/companheira, discute, através de do que

⁶ Anotações de aula Prof. Drº Geraldo Romanelli

os seus dados mostram, que com o tempo o casal acaba por formar uma relação violenta em que as agressões e provocações vão acontecendo dos dois lados.

Ainda dentro deste tema, Ricota (1999) diz;

“Muita coisa num lar deixou de ser suprida, e não estamos falando de bens materiais. O lar, que seria o local para a construção da matriz da família – favorecendo assim o desenvolvimento psicológico, emocional e social de seus membros deixou de ser, para muitos, o ninho que deveria promover acolhimento, aconchego, conforto, confiança e afeto. É muitas vezes este modelo familiar em que o casal está inserido, construindo um padrão de relacionamento baseado na ameaça, na desqualificação, no ciúme, na competição, na traição: não há espaço para aceitar o (a) parceiro como ele é. E, essa intolerância torna-se também uma dificuldade no entrosamento afetivo, pois não se respeitam as diferenças individuais, rejeitando-se anulando-se o outro, estabelecendo-se um vínculo no qual um dos parceiros se coloca como superior, e não como igual”. (p.14).

Isto leva a que se indague, quais seriam as consequências da violência contra a mulher pelo seu marido/companheiro.

A literatura tem sido enfática no colocar que uma das consequências da violência é que ela deixa marcas importantes, geram feridas que comprometem a auto-estima, os relacionamentos futuros.

O trecho publicado pela Sempre Viva Organização Feminista em 1998 é bem contundente;

“Quando um homem espanca uma mulher, mais do que o seu corpo, o que ele espanca são ilusões, sonhos, projetos investidos na relação. Quanto mais frágil, mais desprotegida e sem recursos é a mulher, mais ela conta com o marido como protetor mais importância ela atribui à casa como um lugar seguro. Quando essa “ordem natural das coisas” se rompe o perigo passa a viver dentro de casa pelas mãos do protetor, instala-se o pânico, como se o chão lhe fugisse debaixo dos pés. Sem protestos, sendo agredida, só lhe resta enfrentar sua própria situação, esquecer os heróis novelescos que prolongam os príncipes encantados da infância e enfrentar a vida real”.

E uma nova questão vem em decorrência das anteriores: quais os dados de que se dispõe a respeito da violência contra a mulher, sua frequência e características?

Os estudos trazem informações que ora indicam diferenças ora semelhanças no fenômeno da violência doméstica. O quadro a seguir sumariza um conjunto de investigações sobre este tema em diversos países, aí incluído o Brasil.

País e Autor	Amostra	Tipo de Amostra	Resultados
E.U.A, 1986	2143 casais oficialmente casados ou coabitando	Mostra probabilística a nível nacional	2 8% das mulheres reportam ao menos 1 episódio de violência física.
Nicarágua, Leon	488 mulheres de 15 a 49 anos	Amostra representativa	52% de violência física
França, Carrillo 1990	Mulheres	-----	95% das vítimas de violência são mulheres e os agressores, em 51% dos casos, os maridos.
Inglaterra, Issis Internacional Bulletin. 1990	10 mulheres feridas e machucadas em um abrigo	-----	44 haviam sofrido cortes e feridas. Todas tinham recebido pontapés, e 59 haviam sido pisoteadas, usadas armas contra 42 mulheres e 11 foram queimadas, 24 sofreram fraturas das costelas e perderam seus dentes e existiram 19 tentativas de estrangulamento”.
Canadá 1993	Mostra representativa Nacional de 12.300 mulheres de 18 anos ou mais.	Amostra nacional Representativa	25% das mulheres (29% das que alguma vez foram casadas informam haver sido atacadas fisicamente por atual ou anterior companheiro desde os 16 anos de idade).
Colômbia, 1990	3272 mulheres urbanas. 2118 mulheres rurais.	Amostra representativa	20 % abusada fisicamente 33 % psicologicamente 10% estuprada pelo marido.
Chile, Larrain (apud, Schraiber, 1999) 1993	1000 mulheres entre 22 e 55 anos em Santiago, envolvidas em uma relação por 2 ou mais anos.	Amostra aleatória estratificada	60% foram abusadas por companheiro, 26,2% foram fisicamente abusadas.
24 países diferentes	Analisaram 35 estudos a respeito da violência doméstica.		20% das mulheres na Colômbia e 75% na Índia já haviam sido vítimas de violência física ou sexual por parte dos parceiros.
Chile, Teles, (2002)	Representação familiar.	Estatística da polícia.	85% dos agressores são os maridos ou companheiro.
Brasil, 1994	Amostra de DDM	Registros de DDM- SP	Em 2000 casos de registros de violência, em cinco meses 70% ocorreram no lar, o agressor em quase sua totalidade é o marido / companheiro. Em 40% as agressões físicas foram muito graves.
Nicarágua, Leon, (apud, Schraiber, 1999)	488 mulheres de 15 a 49 anos	Amostra representativa	52% de violência física
Brasil, Rio de Janeiro, Teles (2002) IBGE, 1999.	57.775 pessoas em um bairro do Rio de Janeiro	Pesquisa-piloto	Apenas 6,6% das mulheres vitimizadas procuraram uma delegacia especializada, consideraram conflitos de âmbito-privado.
Brasil, Teles, (2002) Secretária Nacional dos Direitos Humanos e Conselho nacional dos direitos da mulher.	Estudo realizado nas DDMs de março a abril de 2001	Questionário respondido nas 267 DDM .	469.8000 notificações de violência contra a mulher.

Brasil, Goiânia, DDM-GO. 1985 a 2000	Registros estatísticos da própria DDM-GO	Levantamento estatístico das ocorrências registradas na DDM-GO.	40.630 ocorrências e a maior parte refere-se a Lesão Corporal.
Brasil, Londrina, DDM-PR 1986-1998.	Registros estatísticos da própria DDM-PR	Levantamento estatístico das ocorrências registradas na DDM-PR	Foram registradas 19.788, ocorrências das quais apenas 10% se tornaram inquérito judicial.

Adaptado do modelo de Heise, 1994.

Como se pode verificar, há estatísticas disponíveis; mas permanecem muitas perguntas.

No Brasil alguns estudos na saúde revelam dados bem assustadores, entre usuárias do serviço público, cerca de 50% a 60% das mulheres entre 15 a 49 anos relatam terem sofrido violência pelo menos uma vez na vida violência. (Schraiber, 2001).

Dados estatísticos referentes ao Rio de Janeiro em 1997 revelam que foram registradas 5.098 ocorrências de violência doméstica por mês, ou seja, 170 casos ao dia. A abrangência desses dados é muito grande, pois, significa que a cada hora há 7 mulheres em situação de violência (Cabral, 1999).

O centro de atendimento à mulher vítima de violência da Secretária Estadual de Saúde do Rio de Janeiro, apresentando dados referentes a 1999-2000, indica que em 70% dos casos por eles atendidos a violência foi praticada pelo marido ou companheiro da vítima.(Blay, 2001). A pesquisa mostra que os incidentes acontecem dentro de casa, sendo que mais de 40% resultam em lesões corporais graves decorrentes de socos, tapas, chutes, amarração, queimaduras, espancamento e estrangulamentos.

Os pesquisadores Feiguim e Bordine (1987), da fundação SEADE, coordenaram uma pesquisa documental que foi conjuntamente realizada com o Conselho Estadual da Condição Feminina (SP), que traçou um panorama da violência contra a mulher a partir de 2.038 Boletins de Ocorrência, e concluiu que a pobreza está associada a ela, no sentido de que tanto a vítima como o agressor pertence a camadas populares. Este dado é corroborado pela afirmação da delegada geral responsável pelas 125 DDM-SP, Maria Inês Valente (citada por Weis (1999), de que 90% das denúncias de violência contra a mulher,são provenientes das camadas populares, ela justifica esse dado interpretando que é, por falta de outros meios para recorrer, que essas pessoas façam mão dos mecanismos públicos e gratuitos, enquanto que as mulheres que possuem condições financeiras, e pertencem a camadas sociais mais privilegiadas, buscam outros meios como psicólogos, advogados, médicos em hospitais particulares; por outro lado, na sua visão, isto acaba por distorcer o quadro que se tem, no Brasil, da realidade da violência contra a mulher praticada por seu marido/companheiro.

Isto parece correto se se compara com as colocações de Joffily (1999), de que mulheres com nível superior, casa própria e carro do ano também são espancadas, ameaçadas, estupradas e torturadas, ou seja, a violência contra a mulher é democrática, apenas as vítimas de camadas médias têm o que perder e as elites se enclausuram em verdadeiras muralhas de silêncio, para evitar que seus conflitos e problemas se tornem públicos.

Rodriguez (1996), diz que na cidade de Guadalajara 82% das mulheres vítimas de violência têm emprego, poderiam se sustentar sozinhas sem seus companheiros e sair da situação de violência, ameaça, e agressão.

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) apresentou dados que mostram 411.213 mulheres vítimas de agressões leves e graves, em 1999. Se se comparar com as informações da CPI da Violência contra a Mulher, de 1993, percebe-se um aumento de 70% em apenas seis anos. Entre os casos a Lesão Corporal foi o crime mais denunciado (113.727 ocorrências), seguindo-se maus tratos psicológicos com (107.999 casos).

De acordo com as estatísticas, a violência seria crescente, e não apenas no Brasil, mas em todo o mundo; como exemplo tem-se o caso da Áustria, que evidenciou que em 1500 casos de divórcio, 59% das mulheres dão como causa a violência.

Por outro lado, o que se pode dizer é que as DDM tornaram-se um grande sucesso no sentido de que a partir delas as mulheres sentiram-se seguras para efetuar uma denúncia; dados mostram que no Estado de São Paulo em 2000, em todas as DDMs foram registrados 310.085 casos, sendo 78.962 de Lesões Corporais, 62.035 de ameaças e 1.486 de estupros. (DDDM-SP. 2001).

OBJETIVOS

Objetivo Geral

As pesquisas e as estatísticas acabam por estimular novos estudos, visando maior compreensão do fenômeno, sobretudo no que diz respeito a suas causas e ao andamento dos processos de denúncia, suas motivações e possíveis variáveis relacionadas.

São muitas as questões que surgem tendo como ponto de partida os estudos realizados até agora e a alta frequência da violência contra a mulher no ambiente doméstico, bem como a sugestão de que o fenômeno está se expandindo, levaram a que se propusesse esta pesquisa, que visa analisar o conteúdo dos documentos constantes de processos da DDM em que estão registradas as denúncias de violência contra a mulher no ambiente doméstico; como objetivo a longo prazo, pretende-se obter informações que permitam fundamentar projetos futuros de intervenção, a partir de uma compreensão mais ampla, e ao mesmo tempo, aprofundada do problema .

Esta pesquisa se caracteriza, então, como sendo principalmente quantitativa e de cunho descritivo, tendo como ponto inicial a visão das mulheres sobre a violência que vivenciam.

Objetivos Específicos

1 - Realizar o levantamento dos casos de violência física, especificamente Lesão Corporal, art. 129 do C. P. e Ameaça, art. 147 do C.P., registrados pelas mulheres que efetuaram denúncia na DDMGO⁷, nos anos de 1999 e 2000;

2 - Descrever o perfil da mulher que sofre violência física de seu marido/companheiro e registra queixa em DDM, no período acima referido;

3 - Descrever o perfil do homem que comete violência contra sua esposa/ companheira, incluindo as características de temperamento e comportamento que ela introduz na sua queixa;

4 - Identificar os diferentes tipos de agressão sofrida pelas mulheres, a presença de lesões, os instrumentos utilizados para efetuá-las, a necessidade de atendimento médico.

⁷ Em Anexo (4) acha-se uma explicação referente aos artigos, do ponto de vista jurídico.

5 - Caracterizar os tipos de relacionamento que as vítimas afirmam ter com o agressor.

6 - Descrever e discutir os motivos que as mulheres arrolam como sendo os responsáveis pela violência de seu marido/companheiro.

7 - Estudar as razões alegadas pelas mulheres quando elas retiram as queixas ou desistem de dar continuidade ao processo.

MÉTODO

Sujeitos

Os sujeitos desta pesquisa foram mulheres que efetuaram uma ou mais denúncias em DDM-GO nos anos de 1999 e 2000, e que a violência praticada contra elas tenha sido de dois tipos: Física (Lesão Corporal, art. 129 do C.P) e Ameaça (art. 147 do C.P).

Do total de processos dos artigos 129 e 147 do C.P., dos anos de 1999 e 2000 (Art.129, 1999 = 1613; Art. 147, 1999 = 2578; Art 129, 2000 = 1610; Art. 147, 2000 = 3066), inicialmente selecionou-se os que diziam respeito à violência no ambiente doméstico (Art. 129, 1999 = 380; Art 147, 1999 = 505; Art 129, 2000 = 857; Art 147, 2000 = 976). Dado o número elevado de processos, optou-se por considerar cerca de 50%, de cada um dos artigos, nos anos de 1999 e 2000, ficando a amostra composta da seguinte maneira: 210 registros de denúncias referentes à Lesão Corporal no ano de 1999 e 407 no de 2000, o que corresponde a um total de 53,46% e 47%, respectivamente, do total de registros efetuados em cada ano nesta modalidade; 270 registros de denúncia referentes à Ameaça no ano de 1999 e 488 de 2000 o que corresponde a um total de 53,46% do total de registros dessa modalidade efetuados naquele ano (Anexo 5 - Tabela 1).

Procedimentos para acesso ao material e cuidados éticos

O primeiro passo para a realização desta pesquisa foi estabelecer um contato na Delegacia de Defesa da Mulher de Goiânia-Goiás, apresentando o pré-projeto para a delegada titular, e pedindo-lhe autorização (Termo de Autorização da Delegada da DDM-GO) para ter acesso aos seus arquivos, uma vez que o objetivo compreendia fazer um levantamento do que foi registrado como queixa em 1999 e 2000 (Anexo 6).

Todos os cuidados com os procedimentos éticos foram tomados na coleta dos dados dos sujeitos, tanto da mulher (vítima), como do homem (agressor), no sentido de não mencionar seus nomes ou qualquer outra informação capaz de levar a sua identificação.

Relatório médico

Os dados referentes ao relatório médico vêm como um documento anexado à queixa, sendo que, quando se faz necessário, a mulher é encaminhada ao atendimento médico.

a) Primeiramente foram colhidos as informações que dizem respeito ao estado físico da paciente, e o tipo de lesão apresentada.

b) A seguir foi verificada a conduta médica e histórico clínico.

c) Por fim foi anotada a conclusão apresentada pelo Médico que a atendeu⁸.

De posse das duas fichas, definiu-se um procedimento para a seqüência da busca de informações. Determinou-se que a coleta seria efetuada primeiramente nos 50% dos TCOs do ano de 1999, começando pela Lesão Corporal, art. 129 do C.P. e só após a sua integralização verificar os dados sobre Ameaça, art.147 do C.P. Computado o ano de 1999, passou-se para o de 2000, obedecendo à mesma seqüência.

Procedimentos para análise dos dados

Os objetivos específicos deste projeto exigem, para serem cumpridos, que se proceda a uma análise quantitativa de dados.

Inicialmente cada TCO selecionado foi renumerado, de tal forma a que se pudesse fazer referência a ele sempre do mesmo modo, em todas as tabelas, possibilitando posteriores cruzamentos nas análises.

A seguir os dados foram lançados no computador, criando-se dois bancos: o Dadosproc e Anperg (Anexo 10 – Tabelas 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 e Anexo11 – Tabelas 11, 12, 13, 14 e 15).

Prontos os bancos, passou-se a fazer perguntas e a proceder à análise dos dados, gerando-se um conjunto de tabelas e gráficos, com base na freqüência e porcentagem.

⁸ Com relação ao TCO, especificamente no relatório médico alguns esclarecimentos foram necessários; uma descrição do material encontrado nestes laudos acha-se no Anexo 9.

Análise do conteúdo dos depoimentos

Para maior amplitude, foi criada uma forma de categorizar as falas contidas no depoimento da mulher, no momento da queixa, e os dados colocados no banco Anperg.⁹, que contém as respostas às perguntas:

Tem filhos?
Quais as características do relacionamento?
Como a vítima vê o autor?
Como o autor vê a vítima?
Qual a agressão sofrida?
Qual o motivo da agressão?
Qual a arma (instrumento) utilizada na agressão?
Já foi agredida antes? Quantas vezes?
Já denunciou antes? Não? Porque?
Já tentou a separação?
O autor tem vício?
Qual vício?
Qual a relação do pai com os filhos?

⁹ O banco de dados foi útil no sentido de que todos os TCOs, fossem transcritos, seguindo a mesma sequência e numeração dos dados da primeira etapa desta pesquisa, assim foi feito para que pudéssemos fazer cruzamentos e intercruzamentos dos dados.

RESULTADOS

I - Descrição da amostra referente aos anos de 1999 e 2000

A amostra ficou composta por 480 casos do ano de 1999, e 895 de 2000, sendo que há 44% (n = 210) de casos de Lesão Corporal em 1999 e 56% (n = 270) de Ameaça, e em 2000 a situação é de 52% (n = 488) de casos de Ameaça e 48% (n = 407) de Lesão Corporal.

Pelo que se pode observar, tem-se, no geral, um aumento de 86% de 1999 para 2000; olhando em separado, os casos de Lesão Corporal e Ameaça verifica-se que no primeiro houve um aumento de cerca de 132% de um ano para outro e no segundo, de 51%.

Esses resultados confirmam o que traz a literatura sobre o assunto que vem indicando, de forma sistemática o aumento da violência em geral e também da doméstica contra a mulher (Schraiber, 1999).

Idade

Para iniciar a descrição da amostra estudada, decidiu-se por verificar a sua idade. O primeiro passo consistiu na identificação do dado em cada um dos TCOs, anotando-se, em separado, os de Lesão Corporal e Ameaça, bem como os do ano de 1999 e 2000. Feito todo o levantamento, procedeu-se a uma distribuição por intervalos de 5 anos; a seguir, contou-se a frequência de aparecimento em cada intervalo e calculou-se a porcentagem.

1999 - Lesão Corporal - A idade das mulheres da amostra variou de 15 a 55 anos; dos nove intervalos obtidos, verificou-se uma concentração dos casos no terceiro, quarto e quinto correspondendo ao período compreendido entre 21 e 35 anos (69,04). (Anexo 12 - Tabela 16).

2000 - Lesão Corporal - A idade das mulheres da amostra variou de 15 a 60 anos, havendo uma concentração dos casos também no terceiro, quarto e quinto, intervalos, correspondendo ao período compreendido entre 21 e 35 anos (63,39%). (Anexo 12 - Tabela 17).

1999 - Ameaça - A idade das mulheres da amostra variou de 15 a 70 anos; dos 12 intervalos obtidos, verificou-se uma concentração dos casos no terceiro, quarto, quinto e sexto correspondendo ao período compreendido entre 21 e 40 anos (72,97%). (Anexo 12 - Tabela 18).

2000 - Ameaça - A idade das mulheres da amostra variou de 16 a 65 anos; dos 10 intervalos obtidos, verificou-se uma concentração dos casos no segundo, terceiro, quarto e

quinto, correspondendo ao período compreendido entre 21 e 40 anos (77,05%). (Anexo12 - Tabela 19).

Os dados de 1999 e 2000, referentes tanto a Lesão Corporal quanto a Ameaça, indicam que as maiorias das vítimas são mulheres jovens; chama atenção, contudo que haja uma porcentagem de 1,24% (16), ainda que pequena, de menores de idade.

Estado Civil

O levantamento dessa informação nos TCOs foi direto, na sua folha de rosto, anotando-se frequência e a seguir calculando-se a porcentagem, elaborando-se tabelas, em separado para os artigos 129 e 147 de 1999 e 2000. (Anexo 13 - Tabelas 20, 21, 22 e 23).¹⁰

O passo seguinte consistiu em fazer a leitura dos depoimentos e compará-la com os dados constantes da folha de rosto. Obteve-se um resultado diferente, porque apenas quando a vítima, de início, se dizia casada isto era mantido no seu relato; nas demais classes de resposta, a especificação era de que ela era amasiada. Nesse sentido, os dados apresentados abaixo dizem respeito ao que se verificou lendo os depoimentos.

1999 - Lesão Corporal - Pelos dados constantes nos TCOs, segundo o relato das vítimas, 42,4% são casadas e 57,6% amasiadas.

2000 - Lesão Corporal - Pelos dados obtidos, 44,12% das vítimas são casadas e 55,9% são amasiadas.

1999 - Ameaça - Pelos dados obtidos, 54,44% das vítimas são casadas e 44,46% são amasiadas.

2000 - Ameaça - Os dados mostram que 53% das vítimas são casadas e 47% são amasiadas.

Tempo de União

Para fazer a descrição desse item o primeiro passo consistiu na identificação do dado em cada um dos TCOs, anotando-se, em separado, os de Lesão Corporal e Ameaça, bem como os do ano de 1999 e 2000. Feito todo o levantamento, procedeu-se a uma distribuição por intervalos de 3 anos; a seguir, contou-se a frequência de aparecimento em cada intervalo e calculou-se a porcentagem¹¹.

¹⁰ Importante assinalar que se teve uma porcentagem 0,54% (7) de TCOs em que não constava o estado civil da vítima.

¹¹ Há uma porcentagem de TCOs em que não consta o tempo de união da vítima com o agressor.

1999 - Lesão Corporal - O tempo de união das mulheres da amostra variou de menos de um ano a 27 anos, dos oito intervalos identificados a predominância é do primeiro (0 a 3 anos - 36,67%), seguida do segundo (4 a 7anos - 23,81%), havendo uma diminuição gradativa a partir daí. (Anexo 14 - Tabela 24).

2000 - Lesão Corporal - O tempo de união das mulheres da amostra, nesse caso, variou de menos de um ano a 35 anos, dos dez intervalos identificados a predominância é do primeiro (0 a 3 anos - 41,03%), seguida do segundo (4 a 7 anos - 26,78%), havendo a seguir ora uma diminuição grande ora um aumento. (Anexo14 - Tabela 25).

1999 - Ameaça - O tempo de união das mulheres da amostra variou de menos de um ano a 32 anos, dos nove intervalos identificados a predominância é do primeiro (0 a 3 anos - 28,15%), seguida do segundo (4 a 7anos - 21,48%) e nesse caso, ora ha uma diminuição em função do maior tempo de união, ora aumento. (Anexo 14 - Tabela 26).

2000 - Ameaça - O tempo de união das mulheres da amostra variou de menos de um ano a 43 anos, dos doze intervalos identificados a predominância é do primeiro (0 a 3 anos - 29,51%), seguida do segundo (4 a 7anos - 20,50%) e nesse caso, depois do quarto intervalo há uma diminuição gradativa. (Anexo 14 - Tabela 27).

Filhos

O levantamento dessa informação nos TCOs foi direto, na parte referente ao depoimento da vítima, anotando-se frequência e a seguir calculando-se a porcentagem, elaborando-se tabelas, em separado para os artigos 129 e 147 de 1999 e 2000, inicialmente para a pergunta se havia filhos da união com o agressor e depois a quantidade e idade.

1999 - Lesão Corporal - 58,10% da amostra de mulheres têm filhos com o agressor, 19,52% não e em 22,38% nada consta. Quanto ao número, varia de 1 a 5, sendo que prevalece 1 filho (36,07%), seguido de 2 filhos (34,43%) havendo a partir daí um decréscimo acentuado 3 filhos (15,57%). A idade dos filhos variou de meses a 25 anos, sendo que a maior porcentagem (36,87%) encontra-se na faixa etária de meses a 5 anos. (Anexo 15 – Tabelas 28, 29 e 30).

2000 - Lesão Corporal - 71,50% da amostra de mulheres têm filhos com o agressor, 18,67% não e em 9,83% nada consta. Quanto ao número, varia de 1 a 6 filhos, sendo que prevalece 1 filho (39,86%), seguido de 2 filhos (32,65%), depois de 3 filhos (14,43%). A idade dos filhos variou de meses a 30 anos, sendo que a maior porcentagem (34,10%) encontra-se na faixa etária de meses a 5 anos. (Anexo 15 – Tabelas 31, 32 e 33).

1999 - Ameaça - 71,11% da amostra de mulheres têm filhos com o agressor, 7,41% não e em 21,48% nada consta. Quanto ao número, varia de 1 a 8 filhos, sendo que prevalece 2 filhos (39,58%), seguido de 1 filho (25%), havendo a partir daí um decréscimo acentuado 3 filhos (15,63%). A idade dos filhos variou de meses a 30 anos, sendo que a maior porcentagem (24,07%) encontra-se na faixa etária de meses a 5 anos. (Anexo 16 – Tabelas 34, 35, 36).

2000 - Ameaça – 73,33% da amostra de mulheres têm filhos com o agressor, 10,04% não e em 16,60% nada consta. Quanto ao número, varia de 1 a 7 filhos, sendo que prevalece 2 filhos (34,08%), seguido de 1 filho (27,93%) havendo a partir daí um decréscimo 3 filhos (21,51%). A idade dos filhos variou de meses a 25 anos, sendo que a maior porcentagem (21,93%) encontra-se na faixa etária de meses a 5 anos. (Anexo 16 – Tabelas 37 e 38; Anexo 17 – Tabela 39).

De acordo com os dados acima, fica evidente que se está diante de situações de famílias constituídas, em que há inclusive a presença de filhos, o que concorda com o encontrado por outros autores que pesquisam a temática, mesmo que eles tenham feito uso de outros procedimentos para a obtenção de seus dados (Joung, 2000; Alves, 2001).

Presença de gravidez

Um dado que chamou atenção ao analisar as informações contidas nos TCOs foi a presença de gravidez quando da ocorrência da violência posteriormente denunciada. Em 1999, somando o encontrado tanto referente ao Art. 129 quanto 147 tem-se uma proporção de 9 grávidas em 480 (2%); em 2000, igualmente somando Art 129 e 147 tem-se uma proporção de 27 grávidas em 895 (3%). Importante também assinalar que há uma variação grande quanto ao momento da gravidez em que a mulher se encontra. (Anexo 17 - Tabelas 40, 41, 42 e 43).

Profissão

Conforme assinalado acima, procedeu-se primeiro a um levantamento do que constava nos TCOs a respeito da profissão da denunciante.

1999 - Lesão Corporal - Quanto à profissão 40% são do lar, 60% exercem atividades remuneradas e voltadas para o serviço doméstico (11,90%) comércio (8,58%), e auto-cuidado (5,71%). Observe-se, entretanto que existe uma porcentagem maior na classe Outras (19,52%), que congrega um número elevado de profissões diferentes (Anexo 18 -Tabela 44).

2000 - Lesão Corporal - Quanto à profissão da vítima 35,38% são do lar e 64,62% que exercem atividades remuneradas e voltadas para o serviço doméstico (13,51%), vendedores de loja e mercados (7,87%), auto-cuidado (3,69%). Também nesse ano existe uma porcentagem

alta de Outras (29,24%), que congrega um número elevado de profissões diferentes. (Anexo 18 - Tabela 45).

1999 - Ameaça - Quanto à profissão da vítima, 40,0% são do lar e 60,0% exercem atividades remuneradas e voltadas para o serviço doméstico (12,97%), comércio (6,68%); neste caso é elevada à percentagem na classe Outras (22,54%). (Anexo 18 - Tabela 46).

2000 - Ameaça - Quanto à profissão da vítima 33,20% são do lar e 66,80% exercem atividades remuneradas e voltadas para o serviço doméstico (17,62%), comércio (6,97%); e é elevada a percentagem na classe Outras (25,62%). (Anexo 18 - Tabela 47).

Escolaridade

Importante assinalar que este dado não consta dos TCOs; não há campo no formulário em que esta informação seja solicitada ¹². Contudo, chama atenção a existência de mulheres com profissões que exigem nível de escolaridade acima do Fundamental e até do Médio (Funcionária Pública; Técnica de Enfermagem, Técnica de Laboratório; Auxiliar de Enfermagem, Secretária, Policial Civil, Policial Militar).

¹² Os TCOS não mencionam de forma consistente o grau de escolaridade das mulheres o que impediu que essa análise fosse efetuada.

II - Perfil do Agressor

Alguns aspectos, constantes dos TCOs permitiram que se fizessem levantamentos e que se montasse um quadro descritivo do agressor, no que diz respeito a sua idade, profissão, escolaridade. O procedimento para efetuar as análises foi o mesmo adotado em relação às mulheres.¹³

1999 - Lesão Corporal – A idade dos agressores variou de 16 a 65 anos (10 intervalos), havendo concentração no segundo, terceiro, quarto e quinto intervalos, correspondendo ao período compreendido entre 21 e 40 anos (80%). (Anexo 19 - Tabela 48). Sua profissão está ligada à construção civil, como pedreiros (14,76%) e pintores, ao comércio, e vendas (Anexo 19 - Tabela 49). Quanto à escolaridade a predominância é de Ensino Fundamental (74,29%) seguido de Ensino Médio (16,19%). (Anexo 19 - Tabela 50).

2000 – Lesão Corporal - A idade dos agressores variou de 16 a 70 anos (11 intervalos), havendo concentração no segundo, terceiro e quarto intervalos, correspondendo ao período compreendido entre 21 e 40 anos (75,43%). (Anexo 20 – Tabela 51). Sua profissão está ligada à construção civil, como pedreiros (7,37%) e pintores, ao comércio, e vendas (Anexo 20 - Tabela 52). Quanto à escolaridade a predominância é de Ensino Fundamental (65,86%), seguido de Ensino Médio (20,62%). (Anexo 20 - Tabela 53).

1999 – Ameaça -A idade dos agressores variou de 16 a 70 anos (11 intervalos), havendo concentração no segundo, terceiro, quarto, quinto e sexto intervalos, correspondendo ao período compreendido entre 21 e 45 anos (83,33%). (Anexo 21 - Tabela 54). Sua profissão está ligada à construção civil, como pedreiros (11,86%) e pintores, ao comércio, e vendas (Anexo 21 - Tabela 55). A predominância em termos de escolaridade é no Ensino Fundamental (68,89%), seguido por Ensino Médio (13,7%). (Anexo 21 - Tabela 56).

2000 – Ameaça - A idade dos agressores variou de 16 a 80 anos (13 intervalos), havendo concentração no terceiro, quarto, quinto e sexto intervalos, correspondendo ao período compreendido entre 26 a 45 anos (70,29%). (Anexo 22 - Tabela 57). Sua profissão está ligada à construção civil, como pedreiros (6,15%) e pintores, ao comércio, e vendas (Anexo 22 - Tabela 58). Quanto à escolaridade a predominância está no Ensino Fundamental (67,64%), seguido por Ensino Médio completo (19,26%). (Anexo 22 - Tabela 59).

¹³ Em função da similaridade das análises, optou-se por um relato mais sumarizado, mantendo-se os dados na íntegra em anexo.

III - A Ocorrência

As ocorrências de violência vêm descritas segundo três aspectos: local da ocorrência, horário e denunciante. Os dados foram computados em separado segundo o ano e o Art. 129 e 147.

1999 – Lesão Corporal – A violência ocorre em diferentes locais, mas sobre tudo na residência da vítima (79,05%); da mesma forma, há uma distribuição do horário ao longo das 24 horas do dia, sendo que das 16:00 às 23:00 horas tem-se 56,19% dos casos. No que diz respeito à denúncia, apareceram quatro possibilidades: a própria vítima, flagrante, militar, mãe, havendo um predomínio da primeira alternativa (83,8%). (Anexo 23 - Tabelas 60, 61 e 62).

2000 – Lesão Corporal - As ocorrências de violência são em locais diversos, mas a predominância é pela residência da vítima (85,75%); quanto ao horário, as maiores porcentagens concentram-se das 16:00 às 23:00 horas (58,48%). A origem das denúncias, na sua maioria, é a própria vítima (79,85%). (Anexo 23 - Tabelas 63, 64 e 65).

1999 – Ameaça – Os dados mostram que o local em que mais ocorre a violência é a residência da vítima (84,81%), também concentrado no período das 16:00 às 23:00 horas (56,30%), sendo a própria vítima responsável pela denúncia (76,23%). (Anexo 24 - Tabelas 66, 67 e 68).

2000 – Ameaça – O local em que mais ocorre a violência é na residência da vítima (86,68%), repetindo-se a prevalência do horário das 16:00 às 23:00 horas (58,61%), e é a própria vítima quem faz a denúncia em 76,23% das vezes. (Anexo 24 - Tabelas 69, 70 e 71).

IV - Relatório Médico

1999 - Lesão Corporal - 68,57% das mulheres que denunciaram a violência sofrida foram encaminhadas para atendimento médico, tendo sido verificado (63,96%), de violência física, com socos e pontapés, ameaça de morte. A arma utilizada para agredir, na grande maioria das vezes, é o próprio corpo do agressor (mãos, pés - 58,71% dos casos). (Anexo 25 - Tabelas 72, 73 e 74).

2000 - Lesão Corporal - 82,55% das mulheres que denunciaram a violência sofrida foram encaminhadas para atendimento médico, tendo sido verificado (58,70%), de violência física, com socos e pontapés, ameaça de morte. A arma utilizada para agredir, na grande maioria das vezes, é o próprio corpo do agressor (mãos, pés - 72,27% dos casos). (Anexo 25 - Tabelas 75, 76 e 77).

1999 - Ameaça - 97,41% das mulheres que denunciaram a violência sofrida não foram encaminhadas para atendimento médico. (Anexo 26 - Tabela 78).

2000 - Ameaça - 96,31% das mulheres que denunciaram a violência sofrida não foram encaminhadas para atendimento médico. (Anexo 26 - Tabela 79).

Atendimento médico

1999 - Lesão Corporal - As mulheres que procuraram a DDM-GO e registraram denúncia de violência tinham em sua maioria (90,43%) um estado geral bom, apresentando algumas Equimoses, Hematomas, Escorioses. Em 86,09% dos casos não houve necessidade da prescrição de nenhum tratamento médico. (Anexo 26 - Tabelas 80, 81 e 82). Há uma variação grande nas regiões do corpo da vítima que são atingidas, e na maioria das vezes a agressão é generalizada, chamando atenção, contudo o quanto que a cabeça é um alvo visado (62,89%), independentemente de ser o único ou de fazer parte de um conjunto. O meio utilizado para praticar a violência é principalmente o próprio corpo em (83,41%) dos casos. (Anexo 27 - Tabelas 83 e 84).

2000 - Lesão Corporal - Em 90,24% o estado geral das mulheres que denunciaram violência é considerado bom, ainda que tenham sido encaminhadas para atendimento médico, apresentando algumas Escorioses, Equimoses e Hematomas. Em 82,84% dos casos não houve

qualquer prescrição de remédios ou tratamentos. (Anexo 27 - Tabela 85 e Anexo 28 – Tabelas 86 e 87). Há uma variação grande nas regiões do corpo da vítima que são atingidas, e na maioria das vezes a agressão é generalizada, chamando atenção, contudo o quanto que a cabeça é um alvo visado (70,71%), independentemente de ser o único ou de fazer parte de um conjunto. O meio utilizado para praticar a violência é principalmente o próprio corpo em 72,27% dos casos. (Anexo 28 - Tabelas 88 e 89).

V – Percepções expressas pela vítima

Ao fazer o seu depoimento a mulher, além de descrever como os fatos se deram, ela fala espontaneamente de seu relacionamento com o agressor, da visão que ele manifesta a seu respeito e de como ela o vê. Essas informações foram identificadas em cada TCO e os dados computados.

Relacionamento vítima x agressor

1999 - Lesão Corporal - A percepção que a vítima tem de seu relacionamento com o agressor é negativa em 79,86% dos casos, além de ter agressões físicas em 8,13%. Importante assinalar que, mesmo sendo em uma porcentagem pequena, aparecem respostas considerando-o de forma positiva (2,83%). (Anexo 29 – Tabela 90).

2000 - Lesão Corporal - A percepção que a vítima tem de seu relacionamento com o agressor é negativa em 82,25%. 3,25% vivem bem e 4,75% consideram apenas que não é harmonioso. (Anexo 29 - Tabela 91).

1999 - Ameaça - A maneira de a mulher descrever seu relacionamento com o agressor, em 96,67% dos casos é através de conotações negativas. (Anexo - 29 Tabela 92).

2000 - Ameaça – em 89.16% a visão expressa pela mulher é de que seu relacionamento tem aspectos negativos. (Anexo 29 - Tabela 93).

Nesse aspecto chamam atenção a alta incidência de visão negativa a respeito do relacionamento com o parceiro e também a não existência de diferenças nesse tipo de julgamento quer se trate do Art. 129 quer do 147, ou seja, se o homem vai às vias de fato ou se ameaça tão somente parece não exercer influência na maneira como a vítima vê sua forma de convivência com o agressor.

Características do Agressor segundo a vítima

1999 - Lesão Corporal - As características do marido ou companheiro mais citadas pelas vítimas são: agressivo (26,34%), violento (15,59%) e bruto (11,83%); ela o vê como uma pessoa

que ela teme muito e o acha grosseiro, implicante e ignorante; ainda assinala com certa frequência que ele tem vícios, como o alcoolismo (10,48%). (Anexo 30 - Tabela 94).

2000 - Lesão Corporal - A vítima descreve, principalmente, o seu companheiro como agressivo (30,44%), bruto (11,68%) e violento (10,97%), ainda assinala com certa frequência que ele tem vícios, como o alcoolismo (5,49%) Ela o considera ainda como mulherengo, diz temê-lo bastante. (Anexo 30 - Tabela 95).

1999 - Ameaça - A vítima atribui a seu marido/companheiro atitudes de agressão (22,96%), brutalidade (13,90%); ainda assinala com certa frequência que ele tem vícios, como o alcoolismo (8,16%). Ela diz que o teme muito e que ele deixa faltar alimento em casa, além de chegar tarde. (Anexo 30 - Tabela 96).

2000 - Ameaça - A vítima mais frequentemente acha seu marido/ companheiro como agressivo (24,17%), bruto (11,56%) e violento (6,46%); ainda aparece em alta porcentagem o vício do alcoolismo (12,61%). Ela teme o agressor e o acha grosseiro, bruto, implicante, ignorante. (Anexo 30 - Tabela 97).

Importante assinalar que as características atribuídas ao agressor sofrem pouco ou nenhuma variação, seja da amostra de um ano para outro, seja em função da diferença de violência (Art. 129 e 147).

A vítima na visão do agressor

1999 - Lesão Corporal - Parte dos agressores tem por hábito chamar a vítima de vagabunda, sem vergonha, desavergonhada, burra, feia, ignorante e má amante (12,90%). (Anexo 31 - Tabela 98).

2000 - Lesão Corporal - Há certa proporção de agressores que se dirigem à vítima de forma desabonadora (20,14%), chamando-a de puta, vagabunda, traidora, burra, feia, ignorante, e má amante. (Anexo 31 - Tabela 99).

1999 - Ameaça – 10,68% dos agressores tem o hábito de chamar a vítima de modo desabonador, como de vagabunda, puta, galinha. (Anexo 31 - Tabela 100).

2000 - Ameaça - Também nesta amostra há certa porcentagem de agressores (17,25%) que se dirigem à vítima de maneira desabonadora. (Anexo 31- Tabela 101).

VI – Os motivos para a violência

A interpretação que a vítima faz dos motivos para a violência que ela sofre são variados, incluindo o ciúme, a bebida, a não aceitação da separação, a comida que estava ruim, o uso de drogas, o atraso para chegar em casa após o trabalho, problemas de ordem sexual, desemprego, a existência de amante do marido, o sair arrumada para ir trabalhar. 1999 e 2000, Lesão Corporal ou Ameaça não apresentam grandes diferenças no tipo de motivo que aparece, apenas as porcentagens se modificam de forma ligeira. (Anexo 31 -Tabelas 102 e Anexo 32 – Tabelas 103,104 e 105).

Interessante observar que a mulher se exime inteiramente; o motivo está sempre com o agressor.

VII – Continuidade do processo

Ao avaliar as questões referentes à denúncia, seus antecedentes e sua continuidade verificou-se inicialmente que na maioria dos casos, tanto de 1999 para Lesão Corporal e Ameaça quanto de 2000, segundo os mesmos artigos, havia uma história anterior de agressões (respectivamente 68,57%, 77,78%, 65,36% e 74,18%). Os Anexos (Anexo 32 – Tabelas 106 e 107; Anexo 33 – Tabelas 108 e 109), traz esses dados de forma detalhada.

Por outro lado, a indagação sobre o número de vezes em que a violência já havia acontecido traz a predominância de ‘várias vezes’, que aqui foi definido como sendo mais de cinco vezes (1999 – Lesão Corporal 90,97% dos casos; 1999 – Ameaça 80,95%; 2000 – Lesão Corporal 80,45%; 2000 – Ameaça 63,81%). (Anexo 33 – Tabelas 110, 111, 112 e 113).

O outro dado diz respeito à presença de denúncias anteriores e o que se observou foi que para 1999, nos casos de Lesão Corporal, 9,72% já denunciaram uma vez e 47,92% não o fizeram por medo do agressor que fêz ameaças de morte. A outra amostra de 1999, referente ao Art. 147, 15,71% das mulheres já havia denunciado uma vez e 17,14% afirmam que não o fêz por medo. Quanto ao ano de 2000, os dados são respectivamente 22,18% e 50% para o grupo do Art. 129 e 29,01% e 22,10% para o do Art. 147 (Anexos 115, 116 e 117), mantendo-se a alegação de que o não denunciar está condicionado ao medo do agressor pelas ameaças que ele faz, sobretudo de morte. Anexos (Anexo 33 – tabela 114; Anexo 34 – Tabelas 118, 119 e 120).

Finalmente as questões referentes a perspectiva que a vítima apresenta de continuidade do processo e também de vir a se separar do agressor trazem como resultado uma porcentagem pequena para a primeira (em torno de 2 a 3%); parece assim que os objetivos das mulheres ao fazerem a denúncia estão voltados para outras direções que não a de levar seu marido/companheiro a um tipo de condenação que o afastaria dela inteiramente, mesmo que por um tempo determinado. Contudo, já a idéia de separação apresenta mais adeptas (1999 – Lesão Corporal 30,95%, Ameaça 47,78%; 2000 – Lesão Corporal 26,04%, Ameaça 43,03%), o que não deixa de trazer certa contradição ou tem-se que admitir que essas mulheres mantêm um alto grau de ‘esperança’ na transformação desses homens. (Anexo 35 – Tabelas 121, 122, 123 e 124).

DICUSSÃO

Sumarizando os dados encontrados, pode-se dizer que há uma proporção elevada das mulheres desta pesquisa que são casadas, mas predomina a união informal, a faixa etária delas é bem ampla, mas a maioria pode ser considerada como jovem. Isto leva a que se pergunte se o que acontece é que depois de algum tempo a violência cessa, ou se elas conseguem sair desse tipo de relacionamento em que impera a violência; o que se pode afirmar é que os dados coletados não permitem uma conclusão.

Em geral, o relacionamento com o agressor, dura já alguns anos e elas tendem a ter filhos com este parceiro; esses resultados concordam com o que outras pesquisas que geraram teses de doutorado, e dissertações de mestrado defendidas na USP SP, trouxeram a respeito do que se passa na realidade brasileira em relação (Jong, 2000; Conrado, 2001); sobressai, por outro lado, que mesmo sendo numa proporção pequena houve mulheres que sofreram violência estando grávidas. Nesse sentido, não se pode deixar de pontuar que a seriedade da questão da violência doméstica contra a mulher assume um caráter ainda mais sério, porque ou estão os filhos como observadores do que ocorre, e frente seja à possibilidade de aprederem comportamentos inteiramente inadequados como se fossem os corretos seja de desenvolverem sentimentos de impotência e revolta, ou correm o risco de danos físicos, dependendo do local do corpo da mãe que é atingido.

Um outro tema que interessa avaliar mais detalhadamente é o que se refere à maneira como a vítima percebe seu relacionamento com o marido/companheiro, suas atitudes e comportamento, bem como a forma de ele se dirigir a ela; ao serem indagadas, elas dizem assinalam um conjunto de pontos negativos da sua vida com ele e o descrevem como sendo bruto, violento, ignorante, agressivo; também caracterizam a interação como conflituosa, ao mesmo tempo em que assinalam ser extremamente desabonadora a visão que ele manifesta a seu respeito, uma vez que frequentemente ele a deprecia, nos momentos de briga e discussão.

Esses dados chamam atenção porque parece que se tem, na maior parte do tempo uma ‘pré-disposição’ para o desentimento e, no caso do homem, quase que a justificativa para ‘buscar corrigir’ uma mulher que, na sua visão, faz tudo errado, devendo ele ser aquele que coloca ordem na situação, ainda que isto se faça da maneira mais violenta possível. Por outro lado, como enfatiza Oliveira (2001), ao longo do tempo o que parece ser construído é um

processo de ‘relacionamento violento’, em que as duas partes ficam envolvidas em condutas que não favorecem o cessar das agressões, mas pelo contrário vai num crescendo.

Também nesse ponto é importante levantar a questão das diferenças no processo de educação do menino e da menina, os objetivos diversos que foram pretendidos pelos pais desde a primeira infância, levando à assimilação de modelos masculinos e femininos, em alguns casos, inteiramente opostos: o homem manda, a mulher obedece (Biasoli-Alves, 2000).

O fato de as mulheres serem tratadas com mais carinho e proteção que os homens e não incentivadas a desenvolverem atividades intelectuais parece que atua como condição para que elas apresentem medo, insegurança e timidez, e com isso subordinação e submissão; mas só essa diferenciação não dá poder a ninguém para que exista violência dentro do contexto familiar onde necessariamente deveria existir harmonia, paz, amor e cumplicidade.

Prado e Oliveira (1982) dizem que

“as mulheres vivem uma crença difusa de que em tempos idos os maridos detinham poderes sobre elas que já não detêm hoje, tendo esse relacionamento de força e autoridade sido substituído pelo amor, companheirismo e solidariedade. Chegam a exprimir um sentimento de gratidão pelo status quo de hoje, o que dificulta sua percepção e denúncia de eventuais injustiças. (p.7).

Um terceiro aspecto a ser considerado, diz respeito à questão do trabalho da mulher fora do ambiente doméstico, recebendo remuneração e portanto tendo a possibilidade de independência financeira (total ou parcial). Pelos dados obtidos, elas trabalham fora em 60% dos casos, ou seja, mais da metade das vítimas de violência doméstica poderiam, até certo ponto, se manter; esse resultado discorda do encontrado por Deslandes (1999), porque suas informantes, na sua grande maioria não exerciam atividade remunerada; já os dados de Alves (2001), eles se aproximam mais dos desta pesquisa, não só porque uma alta porcentagem da sua amostra trabalhava fora, como também pelo tipo de atividade que as mulheres exerciam: no comércio como vendedoras em lojas e mercados, na produção de bens e serviços nas indústrias (IGBE); como elas próprias dizem, ‘são elas que sustentam a casa e o vício do marido/companheiro’.

De certa forma, este tipo de dado põe à prova uma interpretação que costumava estar presente nos casos de manutenção do relacionamento da mulher que sofria violência doméstica com o seu agressor, e que dizia ser isto decorrente da dependência financeira que ela tinha em relação ao homem, ou seja, ausência de escolha, porque era continuar com ele ou ir para a miséria absoluta. Portanto, tem-se agora uma nova pergunta: o que realmente faz essa mulher continuar na situação de violência podendo sair da mesma?

Saffioti (1997) diz que a mulher tem uma dependência emocional de seu companheiro, e por este motivo não se separa em definitivo dele. Contudo, outro dado dessa pesquisa, de acordo com o relato das mulheres, põe em evidência um fato novo, que é o de que o homem não quer se separar e quando ela propõe essa solução para os problemas que estão vivendo, ele simplesmente se volta e ameaça várias coisas. Além disso, é preciso que se considere também, na discussão desse tópico, que há um conjunto de alegações sobre o que seriam os motivos da violência que a mulher sofre, perpetrada por seu companheiro/marido, havendo dois que são os mais frequentes: bebida e ciúmes, sendo que não é incomum que eles apareçam juntos. Aqui parece importante que se acrescente ainda a questão do horário em que é mais comum que ocorra a violência. O que prevalece é o início da noite (entre 20 e 23 horas). Conrado (2001) e Tavares (2000) assinalam que essa hora é quando o homem sai de seu emprego, vai até o bar próximo a sua casa, beber e encontrar a turma de amigos, conversar e beber.

O álcool aparece em outras pesquisas como sendo um dos desencadeantes das situações de violência (Jong, 2000; Conrado, 2001); é fato que o álcool faz com que o agressor tenha uma perda temporária de controle; contudo, na pesquisa de Conrado (2001) e Langley e Levy (1980), não fica claro porque os homens bebem, se por motivos outros ou se para ter uma permissão social para praticar a violência.

Entretanto, a questão da bebida pode e deve ser analisada incluindo o contexto em que o homem costuma beber e tudo o mais que acontece na situação de ele estar sentado no bar com seus amigos/companheiros, tomando cerveja ou pinga. É um fato que nessa hora rolam muitas conversas; Oliveira (2001) relata em um dos casos que analisou no seu mestrado, a fala de um homem que afirma claramente chegar em casa ‘de cabeça cheia’, já desconfiando de sua mulher porque os seus ‘parceiros de mesa’ diziam que ele precisava prestar mais atenção porque ela tinha saído muito arrumada, ou tinha sido vista em tal e tal lugar. Portanto, parece que não se trata apenas de que a bebida o põe violento, libera seu controle (Conforme assinala Azevedo, 1985), mas e sobretudo porque no bar, além de estar junto a seus iguais, podendo usufruir de um tempo em que o comando sobre sua vida é inteiramente seu, ainda acontece de lhe ‘darem razões’ para chegar em casa numa posição de ataque (que enquanto mecanismo de reação, é a melhor defesa, segundo Biasoli-Alves, 2000).

Outrossim, a alegação de que o motivo para o ato de violência é o ciúme que o agressor tem da vítima apresenta conotações diversas, de um lado e outro; pode-se primeiramente, focalizando o masculino, pensar em a mulher estar sendo vista como um objeto sobre o qual o homem tem inteiro poder, ‘é dele!’ e então ninguém mais pode se aproximar. Do lado feminino, há dois aspectos, e de cunho até contraditório, porque incomoda, tira a liberdade, mas é também

indicativo de que ela se constitui em algo importante para o seu marido/companheiro que não a quer dividir com ninguém, mesmo que isto não corresponda à realidade; em outras palavras, a mulher pode se sentir valorizada pelo ciúme do marido, construindo para si a imagem de que ela é indispensável na vida dele, e que o exagêro leva-o a agredi-la por medo de perdê-la.

Assim, a relação violenta vivida parece ser multifacetada, tanto no que diz respeito aos motivos, quanto à participação de cada um na manutenção da situação.

No tópico seguinte, avalia-se a questão da denúncia. É fato que existe certa porcentagem que ocorre porque houve um flagrante ou os vizinhos/família comunicaram a polícia de que estava acontecendo algo de anormal, contudo, o que os dados mostraram foi que na grande maioria das vezes é a mulher quem toma a decisão, vai até a DDM e registra a queixa (Jong, 2000; Williams, 2002).

É certo que se poderia dizer que, ao assumir esta característica, a violência doméstica está apenas mantendo o seu caráter privado (Camargo, 1991; Deslandes, 1999; Giffen, 1994; Soares, 1996), indicando que a vizinhança não interfere por acreditar que esse tipo de situação diz respeito apenas ao casal, e que pessoas de fora só iriam atrapalhar (Azevedo, 1985; Camargo, 1991).

Mas, é importante que se busque analisar o que leva a mulher a tomar esse tipo de atitude; e nesse caso, pesquisas outras deverão ser conduzidas, em que seja possível fazer uma indagação direta com as mulheres vítima de violência doméstica, tanto com as que denunciaram quanto com aquelas que se mantêm caladas, dando conhecimento dos fatos a um número limitado de pessoas.

Os dados dessa pesquisa mostraram que a violência contra a mulher está presente no seu cotidiano há muito tempo; parece que elas inicialmente relutam em fazer a denúncia e que isto decorre do fato de acreditarem que seus maridos vão mudar de comportamento; quando as agressões se repetem ela toma a decisão e vai a DDM para registra a queixa, mas isso não quer dizer necessariamente que haverá continuidade do processo, por que é muito comum a mulher desistir de culpabilizar seu companheiro (Conrado, 2001).

Por esta razão é que se assinala, como um dos problemas que a DDM enfrenta, a compreensão de quais são os reais motivos que levam à denúncia, para se poder depois investigar o que gera a retirada da mesma; as pesquisas de Azevedo (1986), Seade (1986) e Gregori (1992) trazem relatos de que as mulheres após registrarem queixa na delegacia voltam dias depois para retirá-la, por que fizeram as pazes com o agressor; algumas afirmam que não querem que o marido seja punido. Izumino (1996) diz que esse comportamento duvidoso, além de levar ao descrédito, gera um obstáculo para que a violência contra a mulher seja reconhecida

como crime. Por outro lado, há quem justifique que as mulheres por se sentirem inferiores, necessitam da DDM para um apoio (Schraiber, 1999), no sentido de fazer uma ameaça a seus maridos, que a partir daí entendem a situação de forma diferente, passando a buscar mais o diálogo para se entenderem com suas companheiras, ou, pelo menos, esta é a expectativa que elas expressam, sobretudo quando pedem aos policiais que dêem uma prensa no seu agressor, um susto¹⁴; interessante notar que essa observação aparece também no trabalho de (Cançado,1991); ele diz:

(....) as mulheres que sofriam violência física na relação conjugal procuravam a policia pra que esta a defendesse, mediante um aconselhamento ao marido agressor, isso era traduzido pela policia como um pedido de ameaça ao agressor, com algumas sanções legais ou, em outras palavras, a expectativa era de dar-lhe um susto.(p.4).

O fato de a mulher solicitar que haja uma pressão sobre o seu companheiro, para que a violência cesse, traz também uma conotação de fazer passar vergonha quando ela pede que a intimação seja entregue no local de seu trabalho, para que ele possa se sentir diminuído e humilhado com a situação imposta e que com isso a violência tenha um fim; também neste caso há concordância com dados de outras pesquisas (Conrado, 2001).

Nesse sentido, pode-se afirmar, juntamente com Schraiber (1999) que a retirada da queixa por parte da mulher é um procedimento natural porque ela depois da denúncia na delegacia passa acreditar que o agressor vai mudar de comportamento, faz questão de indicar suas boas qualidades (bom pai, bom marido quando não bebe e assim por diante) e pensa em retomar a situação familiar, reconciliando-se como companheiro e esperando viver bem.

Entretanto, os dados dessa e de outras pesquisas não parecem confirmar esta crença, na medida em que as denúncias se repetem, de tempos em tempos e também porque há estudos mostrando que a frequência da violência só aumentou nos últimos anos. Dando continuidade ao levantamento efetuado na DDM GO, em anos anteriores a 1999 e posteriores a 2000, considerando-se todos os tipos de violência contra a mulher, incluindo a doméstica, obteve-se o seguinte gráfico¹⁵:

¹⁴ essa situação foi observada pela pesquisadora e anotada em um diário de campo.

¹⁵ Os registros referentes ao ano de 2003 são parciais.

Figura 1- Distribuição da frequência de ocorrência de violência – denúncias registradas na DDM GO.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando a metodologia de coleta de dados utilizada para levar a cabo esta pesquisa, é importante assinalar dois pontos:

1- De um lado ela permitiu informações que descrevem a realidade da frequência de atendimento da DDM GO, ou seja, do movimento de denúncias desta delegacia.

2- De outro, foi possível identificar a necessidade de obter dados mais detalhados sobre diferentes aspectos da violência doméstica contra a mulher, não constantes dos BOs ou mesmo dos TCOs¹⁶, ou seja precisa-se, para dar continuidade ao trabalho nesta área e fazer progredir o conhecimento de tal modo a poder subsidiar projetos de intervenção, adentrar em questões que coloquem as mulheres para falar livremente de sua história e vivências.

Mas, ainda que se tenha identificado estas limitações, afirma-se que esta pesquisa trouxe dados importantes, que deram abertura para se pensar em outros projetos.

É fato que o movimento das mulheres contra a violência doméstica nas décadas de 70 e 80 marcou o início de um trabalho de conscientização da sociedade para um problema até então guardado ‘a sete chaves’, no interior de cada família.

A essa conscientização veio se aliar um aumento significativo no grau de instrução das mulheres: cada vez é maior o número das que buscam instrução, da mesma maneira que cresce o nível que elas atingem. A partir daí os avanços foram ocorrendo em várias direções, sendo importante assinalar o da organização e mobilização das mulheres, que levou à criação de mecanismos para lutar contra a violência a ela dirigida, tendo como consequência a DDM, auxiliada ainda pelas Casas Abrigo, e Conselhos Estaduais.

E as Delegacias prestam mais um serviço, qual seja o de estruturar os arquivos, tornando possíveis pesquisas como esta que foi levada a efeito. E, sem dúvida que quanto mais conhecimento se tiver da problemática da violência contra a mulher, mais se poderá encontrar soluções e projetar a prevenção.

Assinala-se, neste ponto, a continuidade dessa linha de pesquisa, indicando que: na situação da violência doméstica, outros sujeitos fazem-se presentes e passam a ser ou espectadores da relação violenta que os adultos mantêm, ou vítimas eles também de um comportamento agressivo dos pais; o começar a pensar nas possíveis implicações deste último dado levou à idéia de um novo projeto, agora voltado para o doutorado, que permitisse

investigar como as gerações mais novas se colocam frente à violência doméstica, quer seja ela dirigida para si ou para a mãe; a justificativa para se pesquisar este tema veio da verificação (ocorrida paralelamente às análises referentes à dissertação de mestrado) de que o relacionamento entre o pai e seus filhos é descrito como muito ruim em 80% dos casos, agressivo em 15% , além de depreciativo da criança nos restantes 5%. Parece, pois, evidente que nos lares em que existe a violência contra a mulher, também os filhos estão sujeitos a ações agressivas por parte do adulto, seja porque a criança busca interferir quando vê a mãe sendo maltratada, seja porque é contra ela que a ação é dirigida; e o inverso também é verdadeiro, nas situações em que a criança é agredida, a mãe vai interferir e acaba por apanhar.

Sabe-se que há um número elevado de crianças e adolescentes vivendo neste tipo de ambiente, o que instiga uma série de perguntas: 1- Como será que os filhos percebem a violência, como eles agem diante de situações em que vêem sua mãe sofrer maus tratos? 2- E como fica a situação se a violência atinge aos dois – mãe e filhos? Como se estrutura o apoio? 3- E, como será que a criança ou o adolescente que sofre violência dos pais (pai e mãe) percebe o que está sendo feito com ele?

A resposta a essas questões será buscada no projeto que diz respeito ao Doutorado, que pretende realizar uma investigação que aborde diferentes ângulos do mesmo problema, de tal modo a dar voz às crianças e adolescentes tanto nas situações em que eles são as vítimas diretas da violência quanto naquelas em que mais assistem do que sofrem as agressões dos adultos.

E este é um projeto que tem como objetivo de longo prazo que os dados nele gerados possam se constituir em subsídio para programas de intervenção, que tenham como meta a melhoria da qualidade de vida de populações em situação de risco psicossocial para o desenvolvimento.

¹⁶ Assinale-se que houve inteira disponibilidade dos funcionários da delegacia no sentido de permitir o livre acesso aos prontuários.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, M. A. (2001). Avaliação das ações de atenção às mulheres sob violência no espaço familiar, atendidas no Centro de Apoio à Mulher. *Ciência & Saúde Coletiva*, 6 (1): 243-257.
- AZEVEDO, M. A. (1985). *Mulheres espancadas: A violência denunciada*. São Paulo.
- BADINTER, E. (1986). *Um é o Outro*; relações entre homens e mulheres. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 4ª ed.
- BASSANEZI, C. (1996). *Virando as Páginas, Revendo as Mulheres*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira.
- BIASOLI-ALVES, Z. M. M. (1999^a). Aproximações teóricas e conceituais de Família e Violência no final século XX. *Texto e Contexto-Enfermagem* v-8, nº 2, p.65-75.
- BIASOLI-ALVES, Z. M. M. (1999b). Relações Familiares. *Texto e Contexto-Enfermagem* v.8, nº 2, p.229-241.
- BIASOLI-ALVES, Z. M. M, (2000). Continuidades e Rupturas no papel da Mulher Brasileira no século XX. *Psicologia: Teoria e Pesquisa* v.16, nº 3, p.233-239.
- BLAY, E. A. (2001). Um caminho ainda em construção: a igualdade de oportunidades para as mulheres *Revista USP*, v.49, março/maio, p. 82-97.
- CABRAL M. A. A. (1999). Prevenção da violência conjugal contra a mulher. *Ciência e Saúde Coletiva*, v.4, nº1, p.183-192.
- CADERNOS CEAS. (1994). março/abril nº150.
- CALDANA, R. H. L.(1991) *Família : Mulher e Filhos três momentos numa revista católica Brasileira*.Dissertação de Mestrado. Ribeirão Preto. U.S.P. FFCLRP.
- CAMARGO, B. V; DAGOSTIN. G. & COUTINHO. M. (1991). Violência Denunciada contra a Mulher: A visibilidade via Delegacia da Mulher em Florianópolis. *Caderno de Pesquisa. Fundação Carlos Chagas*. Agosto, nº 78.
- CANÇADO, M. E. R; SILVA, M. V. E. ALMEIDA. S. S (1991). *Violência conjugal: silêncio e repressão*. XV Encontro Anual da ANPOCS, MG out .
- CARRILLO, R. (1990). Violence against Women; an Obstacacle to development. *In Gender Violence development and Humam Rights Issue*. New York: Center for Women's global Leadership, Douglas College.Universite de Rutgers.
- CONTROL CUIDADANO. (1999). *Instituto del Tercer Mundo*. Uruguay.

- CONSELHO DO DIREITO DA MULHER (1999). *Você sabia que os direitos da mulher também são direitos humanos?* Brasília – DF - Governo do Distrito Federal.
- CONSELHO ESTADUAL DA CONDIÇÃO FEMININA.
- CONRADO, P, M (2001), A fala dos envolvidos sob a ótica da lei: Um balanço da violência a partir da narrativa de vítimas e indiciados em uma Delegacia da Mulher. *Tese de Doutorado da Universidade de São Paulo.FFLCH. USP.*
- COSTA, J. F. (1979). *Violência e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Graal.
- COSTA, O, A; BRUSCHINI, C. (1992), *Entre a virtude e o pecado*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1998.
- CORDEIRO, N. (2001). Comunicação Pessoal.
- CROCE, D. & CROCE. D. J. (1998). Manual de Medicina Legal. 4ª ed. revista e ampliada. Ed. Saraiva.
- DESLANDES, F. (1999). O atendimento às vítimas de violência na emergência: prevenção numa hora dessas? *Ciência & Saúde Coletiva*, 4(1): p. 81-94.
- DELMANTO, C. (1981). *Código Penal Anotado*. 2ªed.aumentada e renovada. Ed. Saraiva.
- DURAN, M. A. (1983). *A dona de casa*. Rio de Janeiro: Graal.
- DELEGACIA DE DEFESA DA MULHER. (2000). Goiânia - Goiás.
- DELEGACIA DE DEFESA DA MULHER. (2001) Rio de Janeiro.
- FEIGUIM,D; BORDINE, E, B, T. (1987), Reflexões sobre a violência contra a mulher. *São Paulo, Perspectiva*, 1 (2), p.39-44.
- FERREIRA, A. B. H. (1993). *Mini Dicionário Aurélio*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- FOLHA DE SÃO PAULO, (2003). *Encarte Ribeirão*.Entrevista Williams.C.A. p.8.
- FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS.(1986).*Um retrato sob a violência contra a mulher.Fundação SEADE, Conselho Estadual da Condição Feminina.*
- GERNET, J. *A vida quotidiana na China*.Lisboa, s/d
- GREGORI, M. F. (1992). *Cena e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*.Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GIFFIN, K. (1994). Gender violence, sexuality and health. *Caderno de Saúde Pública*, v.10, suplemento1, p.146-155.
- HANS, F. M. (1991). *As mulheres e o dinheiro: história de uma conquista*. Rio de Janeiro. Paz e Terra.
- HARAZIM, D. (1998). A Face do silêncio. *Revista veja*. Editora Abril. Edição 1553, nº 23, p.80-87,1º de julho.

- I.B.G.E. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (1998)
- I.B.G.E. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (2000)
- ISIS INTERNACIONAL BULLETIN. (1990). Red de Salud de las mujeres latino-americanas y del Caribe, Santiago de Chile.
- IZUMINO, P, W. (1996). Justiça Criminal e Violência Contra a Mulher. *Dissertação de Mestrado*. Universidade São Paulo. USP. FFCH.
- JONG, C, L, (2000), Perfil Epidemiológico da Violência Doméstica Contra a Mulher em Cidade do Interior Paulista. *Dissertação de Mestrado, da Faculdade de Saúde Pública*. Universidade São Paulo.
- JOFFILY, O. R. (1999). *Violência Conjugal Contra a Mulher. Narciso acha feio o que não é espelho*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica. São Paulo.
- LANGLEY, R & LEVY, R. C. (1980). *Mulheres Espancadas: fenômeno invisível*. São Paulo Hucitec.
- LINHARES, L. (1993). Políticas públicas e estratégias para a próxima década na área de combate à violência contra a mulher. *Seminário Nacional de VIOLÊNCIA Contra a mulher*. São Paulo.
- ROMANELLI, G. (1995). *Papéis familiares e paternidade em famílias de camadas médias*. XX Reunião anual da ANPOCS.
- RODRIGUES, R, C, J (1996) Mujeres de Guadalajara y violencia doméstica: resultados de um estudo piloto. *Cadernos de Saúde Pública*, v.12, nº 3, jul/set.
- MASSI, M. (1992). *Vida de Mulheres-Imagário e Cotidiano*. Rio de Janeiro: Imago. P.14-25.
- MICHAUD, Y. (1989). *A Violência*. São Paulo: Ática.
- MINAYO, M.C de S. (1994). A Violência social sob a perspectiva da Saúde Pública. *Caderno de Saúde Pública*, v.10, suplemento1, p.07-18.
- MIRABETE, F. J. (1997). *Manual de Direito Penal*. v.2, 2ª ed. 12ª revista e ampliada. São Paulo. Ed. Atlas.
- MUJER/FEMPRESS (1990). Plataforma de la mujer: se levanto el *velo* sobre la violencia. Chile, nº 109, nov.
- MORGADO, B. (1986). *A solidão da mulher bem-casada: um estudo sobre a mulher brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (1993). Declaracion sobre la eliminacion de violencia contra la mujer. Documento Oficial de la Asamblea General; supl: 38 A/47/38, secc I, p.3-7.
- NETO, J. (1999). Comunicação Pessoal.

- OLIVEIRA, K. N. L. C. de. (2001). Violência na Relação conjugal e denúncia da mulher em delegacia especializada: Investigação a partir do ponto de vista de cada parceiro. *Dissertação de Mestrado*. Ribeirão Preto. USP. FFCLRP.
- PUGA DE SOUZA, V. L. (1998). *Paixão, sedução e violência - 1960/80*, Uberlândia, Minas Gerais. Tese de Doutorado, USP.
- PRADO D. & OLIVEIRA CF 1982: Relacionamento entre homem e mulher nas camadas de baixa renda: *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*: 31(1).
- RAGO, L. M. (1985). *Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- RICOTTA, L. (1999). *Quem grita perde a razão: a educação começa em casa e a violência também*. São Paulo: Annablume. p.14-66.
- RODRIGUEZ, R. C. J. & GUERRA, P. C. M. (1996). Mujeres de Guadalajara y violencia doméstica resultados de um estudo piloto. *Cadernos de Saúde Pública*. v.12, nº 3 jul/set p. 405-409.
- ROJAS, L. (1996). *Las semillas de la violencia*. Espasa hoy. Madri. Violência Domestica em América Latina y el Caribe. Banco Interamericano de Desarrollo, Washington. Out-1997.
- SAFFIOTI, H. I. B. (1997). No fio da navalha; violência contra crianças e adolescentes no Brasil atual. In: Madeira F. M. (org) *Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil* (135-211). Rio de Janeiro: Rosa dos ventos. UNICEF.
- SAFFIOTI, H. I. B (1997). Violência Doméstica ou a lógica do galinheiro. *Violência em Debate*. São Paulo. Ed: Moderna. p.39-57.
- SAFFIOTI, H. I. B. (1999). *Já se mete a colher em briga de marido e mulher*. São Paulo em perspectiva v.13, nº 4, p.82-91.
- SEMPRE VIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA, (1998), Autor desconhecido. *Centro de Valorização da Vida. CEVAM*. Goiânia-Goiás.
- SILVA, M.V. (1992). *Violência contra a mulher: quem mete a colher?* São Paulo: Cortez.
- SCHRAIBER, L. B., D'OLIVEIRA, A. F. L. P. (1999). Violência contra mulheres: Interfaces com a saúde. *Comunicação, Saúde, Educação*, v.3, nº 5.
- SCHRAIBER, L. B. (2001). Violência contra as mulheres políticas de saúde no Brasil: o que podem fazer os serviços de saúde? *Revista USP*, v.51 set/out/nov.
- SOARES, B. M (1996). Delegacia de Atendimento à mulher: questão de gênero, número e grau in: *Violência e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: ISER/Relume Dumara.
- SORG, B & MONTEIRO, M. P. (1985). SOS Mulher e a luta contra a violência In: *Perspectivas Antropológicas da Mulher*. Rio de Janeiro; Zahar editores.

- VAILLANT, G, C. (1965). *La civilizacion azteca*. México. Fondo de Cultura Econômica.
- TAVARES, C. M. D, (2000), Violência Doméstica: Uma questão de saúde Pública. *Dissertação de Mestrado, Departamento de Saúde Pública*.Universidade São Paulo.
- TELES, M, A, A, (1993), *Breve História do feminismo no Brasil*. São Paulo, Brasiliense. Coleção Tudo é História, pág.145.
- TELES, M, A, A, & MELO, M. (2002). *O que é violência contra a mulher*. São Paulo. Ed. Brasiliense.
- WEIS, B. (1999). Lar, duro lar. *Revista Isto É*. nº 1572: p.118-120.

ANEXOS

Anexo 1

Delegacia de defesa da mulher

As Delegacias de mulher foram uma importante conquista do movimento feminista.

Surgindo para ser um lugar onde a mulher pudesse se sentir segura para efetuar uma denúncia, permitindo assim que o problema ganhasse visibilidade como sendo um lugar seguro, tranquilo sem nenhuma forma de constrangimento.

Foi o primeiro passo efetivo e grande recurso no combate público à violência contra a mulher, especialmente a violência conjugal.

A história das DDM no Brasil pode-se dizer que, se funde ao movimento feminista, e que terá toda uma mobilização das mulheres ligadas a grupos políticos para que sua criação se torne possível.

A primeira Delegacia de Policia de Defesa da Mulher, foi criada em São Paulo, pelo então Governador Franco Montoro.

O decreto de Nº 23.769, 6 de agosto de 1985, cria a Delegacia de Defesa da Mulher, do Estado de São Paulo. STADDM's (2003).

Atualmente são 125 DDM no Estado de São Paulo, distribuídas 9 na Capital, 12 na Grande São Paulo, e 104 no Interior. STADDM's, (2003).

Juntamente as DDMs, foi criado o Centro de Orientação Jurídica e Encaminhamento Psicológico - COJE, que vem a ser um órgão de retaguarda jurídica que orienta mulheres nas questões relativas aos direitos frente a uma separação, divisão de bens, pensão para os filhos, guarda dos filhos, entre outros. Teles (1993).

A DDM tem como função à apuração dos delitos contra o sexo feminino, alguns exemplos de crimes denunciados na DDM, por exemplo, Lesão Corporal, Ameaça, Sedução, Tentativa de Homicídio, Constrangimento Ilegal, Estupro, Tentativa de Estupro, Calúnia, Atentado Violento ao Pudor, etc.

A partir desse momento as delegacias vão surgindo por todo o País, primeiro nas capitais, existindo atualmente cerca de 388 no território nacional, ainda que isto represente apenas 10% dos municípios brasileiros (Teles, 2002).

O projeto das DDMs no Brasil foi um sucesso tão grande que foi copiado por outros países, a partir daí deu-se visibilidade a um tipo de crime que era considerado como sendo normal, o homem agredir e bater em sua mulher.(Ceas , 1994).

Segundo a Delegada da DDM de São Carlos as queixas podem contribuir para a redução da violência, mais não de forma instantânea e certa, e as mulheres devem estar certas e saberem o que querem ao procurar ajuda da policia.Folha de São Paulo/ Ribeirão. (2003).

A definição de (Silva, 1992), sobre a DDM é a seguinte;

Uma unidade do órgão estadual responsável pela segurança pública, no caso da DDM as funções são as mesmas, mas com a diferença de que os delegados nesta instituição são mulheres.(p.41).

As Delegacias de defesa da mulher tem um atendimento diferenciado e especial, que é prestado exclusivamente por mulheres; delegadas, escrivãs, investigadoras, assistentes sócias, psicólogas, sendo assim a mulher, sente-se mais confiante em fazer a denúncia e buscar atendimento, por que ela não passará pelo constrangimento de ser atendida por um homem.

A mulher quando vai à uma DDM, é ouvida pela delegada, e deverá contar detalhadamente como ocorreu à agressão, feito isso a delegada encaminha a mulher para que a escrivã registre a ocorrência de violência, nesse momento a mulher é levada até a sala da escrivã, deverá contar detalhadamente o que ocorreu e a escrivã anotará tudo no B.O ou no T.CO. Esses dois são instrumentos jurídicos, onde é anotada a denúncia ou queixa da mulher, e que no final ela deverá assinar.

O Boletim de Ocorrência é uma peça administrativa que noticia um fato, a reclamação da vítima para depois se instaurar um inquérito policial para apuração da reclamação.

Termo Circunstanciado de Ocorrência foi criado pela lei 9099/95 que é a lei do Juizado Especial Civil e Criminal ele contem a declaração da vítima, exterioriza o ato formal, previsto no C.P, e possuem força jurídica para gerar um processo, só este documento é suficiente para se tornar um processo.¹⁷

Os Boletins de Ocorrência são mantidos arquivados e encadernados em livros em livros, seguindo a data, mês e ano vigentes e ficam guardados no cartório da DDM.

E os Termos Circunstanciados de Ocorrência ficam acondicionados em caixas de papelão, numerados e separados dia por dia, trazendo na identificação a marca do ano a que se referem, além do número correspondente à sua entrada. (Anexo 36).

Após o atendimento na delegacia a mulher é encaminhada ao atendimento médico, quando a vítima esta ferida, ou em caso de estupro, ela deverá ser encaminhada para o Instituto

¹⁷ Neto, (2000) Comunicação oral.

Médico Legal-IML, para que seja feito o exame de corpo de delito, nesse exame será constatado se ocorreu violência, como foi, qual o meio utilizado para a agressão, entre outros quesitos, esse exame é de suma importância por que ele ajuda apurar a gravidade da agressão e servir como prova do crime, a mulher não pode de maneira nenhuma, antes de procurar atendimento médico tomar banho, ou lavar o local ferido, por que isso irá mascarar o exame.

Depois, de posse do laudo do IML, a mulher deverá voltar a DDM trazendo esse laudo que será anexado ao inquérito policial e o agressor deverá ser chamado para depor, e com o término das apurações do inquérito, a delegada mandará para o resultado para o Promotor de Justiça, para que o agressor possa ser julgado, e se for considerado culpado, condenado.

O Brasil foi o primeiro país no mundo a propor esse tipo de Delegacia em atendimento especializado à mulher, e com atendimento diferenciado, feito também por mulheres. (Scharaiber & D'Oliveira, 1999).

Linhares (1993), diz que; as DDM deram visibilidade à violência contra a mulher e também criam a possibilidade de obtermos dados estatísticos sobre a magnitude e amplitude dessa violência.

Delegacia de defesa da mulher de Goiânia

Esta pesquisa foi realizada na cidade de Goiânia no Estado de Goiás¹⁸ que possui 242 municípios, tem sua economia baseada na agroindústria e agropecuária, e também um pólo industrial de médio porte, estando a maioria das empresas localizadas em Aparecida de Goiânia e Anápolis.

A cidade de Goiânia, capital do Estado, com 69 anos, tem 1.093.007 mil habitantes, com certo predomínio do número de mulheres (571.952) sobre o de homens (521.055). A quase totalidade da população reside em áreas urbanas (1.085.806 hab. contra 7.201 hab. nas áreas rurais) que possuem boa infra-estrutura (95% da cidade com água tratada, rede de esgoto, e luz elétrica na totalidade de suas ruas) e, de acordo com dados do IBGE (2000), acha-se distribuída segundo a idade, da seguinte maneira: de 10 a 19 anos = 216.387 hab; de 20 a 29 anos = 225.528 hab; de 30 a 39 anos = 179.139 hab; de 40 a 49 anos = 134.275 hab; de 50 a 60 anos = 79.551 hab; acima de 60 anos = 76.184 hab. O nível de escolaridade é de 95,20% de alfabetizados.

Ainda de acordo com o IBGE (1998), o número de casamentos registrados por ano gira em torno de 1200, e de separações judiciais 330, com um registro de 797 divórcios.

A Delegacia de Policia de Defesa da Mulher de Goiânia foi criada através do decreto 2505 de 18 de setembro de 1985, no Governo de Íris Resende Machado, tendo como secretário de Segurança Pública o Dr. Frederico Jaime Filho.

A iniciativa para a criação da Delegacia partiu de movimentos organizados de mulheres, em especial do Centro de Valorização da Mulher-CEVAM, que na época tinha como presidente a jornalista e feminista convicta, Consuelo Nasser, que tomou frente a liderança para que a delegacia fosse criada.

O número de mulheres que sofriam violência era muito grande, e dirigiam-se em busca de ajuda ao CEVAM, nessa época a Delegada Dra: Nadir Cordeiro era delegado da Oitava Delegacia Distrital de Goiânia, para onde os casos de violência contra a mulher eram encaminhados, e em número significativo.

E, com o passar do tempo e as resoluções dos casos, passaram a acreditar mais no meu desempenho como delegada, e através então da vereadora Maria Dagmar, se mobilizaram junto

¹⁸ O Estado de Goiás possui apenas 3 Delegacias Especializadas, uma na Capital Goiânia e outra em Anápolis e Aparecida de Goiânia.

ao Governador e ao Secretário de Segurança Pública, que se sensibilizaram com a idéia e acreditaram no trabalho por nós realizada e desenvolvidos criando assim a D.P.D.M-GO, que seria a primeira Delegacia no Brasil para atendimento específico a mulher, mas que por problemas burocráticos, São Paulo saiu na frente e Goiás ficou em 2º lugar, mas nosso decreto foi elaborado por uma assessoria jurídica, servindo de modelo para todo o Brasil, através do Ministério da Justiça e com isso a mulher ganhou um lugar para que ela fizesse a denúncia sem vergonha ou constrangimento.

Hoje temos uma nova forma de pensar nos delegados que antes, no passado muitos, não davam um atendimento de acordo as vítimas e as ridicularizavam, hoje eles são totalmente sensíveis a problemática e quando a mulher agredida vai a uma delegacia não especializada ao atendimento a mulher o próprio delegado a encaminha para a especializada, a delegacia foi uma grande vitória para as mulheres.¹⁹ A Dra: Nadir Batista Cordeiro, foi a primeira Delegada Titular da D.P.D.M-GO.

Em Goiás existem duas Delegacias especializadas no atendimento a mulher, uma se localiza em Aparecida de Goiânia e a outra em Anápolis.

A D.P.D.M - Goiânia, possuem boas estruturas físicas e possuem um quadro de funcionários com 36 funcionários que atendem diariamente e divide-se da seguinte maneira; 1 Delegada titular, 1 Ajunta, 4 Plantonista; 3 Psicólogas, 1 Advogada, 1 Assistente Social. O expediente é formada por 6 escrivãs de policia, 11 agentes de Policias, 3 Motoristas, e 3 Agentes carcerário. O Plantão tem 34 funcionários sendo que 6 são escrivãs de policia, 23 Agentes de Policia, 2 Motorista de Policia e 3 Agente carcerário, a delegacia possuem 2 celas para colocar os presos.

É localizada no centro de Goiânia, tem boa estrutura física e boa dependências internas, o atendimento as mulheres é feito de uma maneira muito respeitosa, como também é ágil.

A Policia Civil do Estado de Goiás tem um serviço de Disque Denúncia 24hs, inaugurado em novembro de 2001, sendo um instrumento disponível para ser utilizado sem que haja a possibilidade de identificação do denunciante.

A D.P.DM-GO, consta com serviço de 0800 onde as ligações são feitas gratuitamente para um melhor atendimento a mulher.

Entretanto, apesar dos avanços, é preciso que se pontuem determinados aspectos da questão da violência contra a mulher em nossa sociedade, tendo em vista o caráter cultural que eles assumem e as dificuldades que acarretam até para o estudo do fenômeno.

¹⁹ Cordeiro,(2000). Esse texto é parte de uma comunicação pessoal.

AD.P.DM-GO, registrou nesses últimos anos de seu funcionamento um número significativo de queixas; como podemos observar a seguir. Em 1999 foram feitos 5.884 registros de queixa de violência, no ano seguinte o número aumentou pra 6.901.

Como se pode observar, os números de ocorrências de violência são grandes, e por si só já justificam essa pesquisa.

Sobre a violência

O conceito de violência se entendido em termos genéricos como violação dos direitos humanos de realização da identidade, ou se na forma mais restrita, como constrangimento da vontade do outro.

Se olharmos a definição que traz a literatura através do dicionário, tem-se: *Violência é 1º qualidade de violento. 2º Ato violento. 3º Ato de violentar.* (Ferreira, 1993, p.566), ou seja, uma definição que traz apenas sinônimos e não chega esclarecer verdadeiramente o que se pode entender por violência.

Buscando, por outro lado, verificar como os pesquisadores que trabalham na área a definem, vai-se encontrar uma não unanimidade.

Michaud (1989) argumenta que a violência é aquilo que as sociedades consideram como tal, variando de uma cultura e sociedade a outra, e também conforme o momento histórico vivido.

Já Roja (1996) coloca que;

“Em termos gerais, quando se fala e se pensa sobre violência se pensa no uso intencionado da força física contra um semelhante com o propósito de ferir, abusar, roubar, humilhar, dominar, ultrajar, torturar, destruir ou causar morte”. (p-3).

As definições são muitas, tendo cada uma como característica de definição o olhar que o pesquisador tem, sempre se levando em consideração a forma que ele tem como pesquisador de olhar para essa problemática.

Para Costa, (1979) *“a violência é pura manifestação de agressividade algo, portanto, indomável”.* (p.20).

A extensão dessas afirmações leva a que se entenda que violência pode ser a utilização de força bruta ou instrumentos para cometer atos contra alguém, numa maneira de agir com ímpeto e intensamente, para conseguir o que se quer ou para encerrar uma discussão, tendo vencido de algum modo, impondo seu ponto de vista.

Utilizar o termo violência é também cair numa armadilha da generalização do fenômeno da violência conjugal em virtude, em primeiro lugar da crença da violência ser particular e privada.

Conseqüentemente, pode-se dizer que a violência é um ato de brutalidade, abuso, agressão, constrangimento e desrespeito para com qualquer pessoa.

Na declaração de Beijing (1996) a violência é conceituada como uma das mais graves formas de violação dos direitos humanos. A expressão violência contra a mulher se refere a,

“qualquer violência que tem por base o gênero que resulta ou pode resultar em danos ou sofrimentos de natureza física, sexual, ou psicológica, incluindo ameaças, coerção ou privação arbitrária da liberdade, seja na vida pública ou privada”(Conselho do Direito da Mulher. DF 1999,p.5)

Na busca de unificar critérios, a ONU estabeleceu que a expressão “violência contra a mulher, se refere a todo ato de violência que tenha e que possa ter como resultado um dano como o sofrimento físico, sexual ou psicológico, para a mulher inclusive as ameaças e seus atos de coação, ou a privação arbitrária de sua liberdade, tanto que se procedam em sua vida pública ou privada” (ONU, 1993).

Explicação Jurídica dos artigos desta pesquisa.

Para termos um melhor elucidamento do que são os artigos pesquisados, faz-se necessárias algumas explicações jurídicas e para tanto reportamos-nos ao Código Penal e ao Manual de Direito Penal (1997), nos dizem o seguinte;

Lesão Corporal artigo 129.

Conceito, o delito de lesão corporal pode ser conceituado como a ofensa à integridade corporal ou à saúde, ou seja, como o dano ocasionado à normalidade funcional do corpo humano, quer do ponto de vista anatômico, quer do ponto de vista fisiológico ou mental.

A definição deste artigo é “Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem”: Pena- detenção, de três meses a um ano.

Registra o dispositivo a modalidade dolosa (art.129 caput e §§1º ao 5º) e culposa (art.129 §§ 6º a 8º).Entre as primeiras estão as lesões corporais leves(caput), graves (§1º), gravíssimas (§ 2º), seguidas de morte e privilegiadas (§§ 4º e 5º). As culposas apresentam a forma qualificada (§ 7º).

A Objetividade jurídica, tutela-se com os dispositivos em estudo a integridade física ou psíquica do ser humano, bem individual e social. Nos termos da convenção americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), promulgados pelo decreto nº 678, de 6/11/92, “toda pessoa tem o direito de que se respeite sua integridade física, psíquica, e moral” (art 5º).

A lesão corporal é um crime simples e qualquer um pode praticá-lo.

Sua punição dependerá da consistência da lesão, apenas ter dor não implica em crime de lesão corporal.

Para ser caracterizado como lesão torna-se necessário, ter um hematoma, fraturas, luxações, mutilações, ter ocorrido sangramento interno ou externo, a presença ou não do sangue não caracteriza lesão, e também não há necessidade da existência de ter dor.

O próximo artigo a ser caracterizado é o 147 que é Ameaça.

Ameaça artigo147, o código nos diz que:

Ameaçar alguém por palavra, por escrito ou gesto ou qualquer outro meio de causar-lhe mal injusto e grave.

Pena-Detenção de um a seis meses, ou multa.

O código nos diz que, para a “tipificação da ameaça, que pressupõe promessa de mau futuro, e não meio imediato, é inexigível o pleno domínio dos nervos pelo réu, isto é a fria e consciente promessa de causar mal injusto”. Código Penal e sua Jurisprudência.

A ameaça para requerer sua configuração como delito tem que haver a existência de intenção, calma, especial e refletida, de prometer mal a alguém elemento incompatível com o animo de quem comete a conduta sob influência de manifestação da ira.

É um crime considerado como mau futuro, por ser possível cometê-lo tempos depois, e se a pessoa que fizer a ameaça estiver embriagada esse crime não tem valor, por não ser caracterizado uma ameaça. Só é considerado crime de ameaça, quando o sujeito que comete o delito se encontra calmo, tranqüilo, e em tom refletido, para que realmente se cause temor na pretensa vítima. Código Penal Anotado, (1981)..

Dados Gerais do Arquivo Pesquisado

Inicialmente foram computados todas as ocorrências registradas na DDM-GO nos anos de 1999 e 2000 (em separados, identificando-se a seguir as que diziam respeito ao agressor ser marido/companheiro fundamentalmente).

O quadro que segue traz um detalhamento dessa amostra sob análise.

Tabela 1 Total de ocorrências registradas no ano de 1999 e 2000

Artigo	Ano	Total de ocorrências registradas na DDM.	Total de violência no âmbito doméstico.	Total de ocorrências pesquisadas.	%
129 C.P Lesão Corporal	1999	1613	380	210	55,26
147 C.P Ameaça	1999	2578	505	270	53,46
129 C.P Lesão Corporal	2000	1610	857	407	47
147 C.P Ameaça	2000	3066	976	488	50

Fonte: DDM-GO.

Com base nos Bancos de dados preparados foram feitas várias perguntas.

Termo de Autorização

Eu, _____ Delegada Titular de Policia, responsável pela Delegacia de Defesa da Mulher autorizo sob a orientação da Professora Doutora Zélia M.M. Biasoli-Alves, Mirian Botelho Sagim, mestranda em Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), a realizar a coleta de dados e também manusear os Boletins de Ocorrências e os Termos Circunstancias de Ocorrência, material este que será utilizado em sua pesquisa, “A violência contra a mulher na família da denuncia a condenação”, referente aos anos de 1999 e 2000, nesta Delegacia de Defesa da Mulher, sito a rua 24 , nº 241, Centro, Goiânia- Goiás.

Afirmo estar ciente que as informações coletadas serão utilizadas apenas para trabalhos científicos e que esta Delegacia não sofrerá nenhum prejuízo por estar participando desta pesquisa, mantendo sigilo a respeito dos nomes dos sujeitos de sua coleta de dados, não havendo nenhum risco significativo em participar deste estudo.

Atenciosamente

Delegada Titular de Policia

Endereço para contato: Av Bandeirantes, 3900, cep:14040-901
Ribeirão Preto
Departamento de Psicologia e Educação- USP
Fone: (16) 602-3715 e 6023730

Ficha coleta de dados

Tabela 2 - Ficha de Coleta de dados

Coleta de dados	nºda ficha:
-----------------	-------------

Artigo:	Crime:	Ano:	nº ocorrência:
---------	--------	------	----------------

Fato:

Origem:
Hora:
Local:
Atendimento médico:
Artigo:

Vítima:

Sexo:
Est.civil:
Profissão:
Idade:
Natural:
Artigo:

Agressor

Sexo:
Profissão:
Idade:
Natural:
Cor:
Escolaridade:
Artigo:

Relatório Médico

Estado Geral:
Lesão:
Instrumento / meio:
Seguelas:
Afastamento:
Cor :
Região do corpo:
Artigo:

Ficha de depoimentos

Tabela 3 - Ficha de coleta de dados dos depoimentos

Depoimentos									
Artigo:	nº ficha:				ano:				
Há quanto tempo vivem juntos:									
Tem filhos:	Quantos:								
Idade dos filhos									
Tempo de gestação									
Como é o relacionamento									
Como a vitima vê o autor									
Motivo para agressão									
Autor tem vicio									
Qual vicio									
Como foi a agressão sofrida									
Qual arma foi utilizada									
Como o autor vê a vitima									
Agressão sofrida									
Já foi agredida antes									
Quantas vezes									
Já denunciou									
Não, Porque?									
Tentou separar									
Relação do pai com o filho									
Como o autor vê a vitima									

Explicação dos termos médicos

À parte da Medicina que estuda as lesões e estados patológicos do corpo humano, provocado por violência é a Traumatologia Médica Legal.

O corpo humano esta sujeito a vários tipos de lesões que podem ser provocadas por mecanismos diferentes. O mecanismo que interessa a esta pesquisa é o que produz as ações de ordem mecânica. Os agentes mecânicos são causadores de danos que vão desde a utilização de armas propriamente ditas, como, punhais, revolveres, soqueiras, e armas eventuais, faca, navalha, foice, machado, e as armas naturais, punhos, pés, mãos, dentes, e, além disso, vão até os meios mais imagináveis, como a utilização de máquinas, animais, veículos, quedas, explosões, precipitações.

As lesões provocadas por agentes mecânicos, no caso de violência doméstica são as mais comuns, e podem ser classificadas da seguinte maneira, tendo como referencial o instrumento utilizado para provocar a agressão.

A classificação dos instrumentos que provocam lesões é a seguinte, seguindo como referencial (Croce, 1998, Manual de Medicina Legal).

1) Tipo de Instrumento, agente ou meio:

A) Perfurantes:

As lesões causadas por instrumentos perfurantes, são punctórios, finos, alongados e pontiagudos, como por exemplo, estilete, compasso, agulha, o furador de gelo, garfo, florete, saca –rolha, espetos etc.

Atuam por pressão específica em um determinado ponto, são alongados e pontiagudos.

B) Cortantes:

As lesões causadas por instrumentos cortantes, são incisivas, temos como exemplo a navalha, lamina de barbear, bisturi, facas de mesa, etc.

Atuam por pressão e deslizamento, na direção de uma linha específica.

C) Contundentes:

As lesões causadas por este instrumento, são contusões, equimoses, fraturas, luxações, edema traumático, hematomas, eritema traumático, como exemplos desses instrumentos têm, cassetetes, mãos, pés, bastão, palmatória, chicote, pedra, pau, atropelamentos, desabamentos, etc.

Atuam por pressão em local específico, ou por deslizamento às vezes.

D) Perfuro-Cortantes:

As lesões causadas por estes instrumentos são perfuro –incisivas, e podem ser causadas por facas, facões, facas de açougueiro, canivete, tesouras, facão do mato, etc.

Atuam de forma que perfuram e cortam, pois tem ponto e gume.

E) Corto-Contudentes:

As lesões causadas por estes instrumentos são denominadas corto-contusas, e temos como exemplo, machado, machadinha, foices, enxadas, podão, pés, facões, etc.

Atuam pela força de quem a impulsiona, por terem gume e serem bem afiado.

F) Perfuro-Contudentes:

As lesões causadas por estes instrumentos são perfuro-contusas, e são causadas por projeteis de arma de fogo, ponta de guarda-chuva, ponta de ferro arredondado, etc.

DADOSPROC

Tabela 4- Banco de dados trascrição da ficha de coleta da DDM-GO

FATO					
Ano: 1999					
	Origem	Hora	Artigo	Local	IML
1	2	5	16	1	2
2	1	5	11	3	2
3	1	7	11	1	2
4	1	7	25	4	2
5	1	6	14	1	2
6	1	4	14	4	2
7	2	1	14	1	2
8	3	4	14	1	2
9	1	6	14	1	2
10	1	4	14	4	2
11	2	3	14	1	2
12	2	5	14	1	2

Tabela 5-Conversão dos dados

FATO					
Ano: 1999					
	Origem	Hora	Artigo	Local	IML
1	Flagrante	16 a 19	147/129/21	residência vítima	Não
2	Flagrante	16 a 19	147/129/21	residência vítima	Não
3	Direta	16 a 19	147	via pública	Não
4	Direta	não cosnta	147	residência vítima	Não
5	Direta	não cosnta	147/146	outros	Não
6	Direta	20 a 23	147/21	residência vítima	Não
7	Direta	12 a 15	147/21	outros	Não
8	Flagrante	0 a 3	147/21	residência vítima	Não
9	Militar	12 a 15	147/21	residência vítima	Não
10	Direta	20 a 23	147/21	residência vítima	Não
11	Direta	12 a 15	147/21	outros	Não
12	Flagrante	8 a 11	147/21	residência vítima	Não

DADOSPROC

Tabela 6 –Transcrição dos dados da vítima

Vítima							
Ano: 1999							
	Sexo	Cor	Est.civil	Profissão	Idade	Natural	Artigo
1	2		2	1	19	1	16
2	2		1	33	27	1	11
3	2		4	20	31	1	11
4	2		1	3	35	1	25
5	2		1	8	26	4	14
6	2		1	1	37	1	14
7	2		3	6	33	1	14
8	2		1	1	24	1	14
9	2		1	30	27	1	14
10	2		1	83	29	1	14
11	2		3	1	31	1	14
12	2		2	52	41	8	14

Tabela –7 Conversão dos dados da vítima

Vítima							
Ano: 1999							
	Sexo	Cor	Est.civil	Profissão	Idade	Natural	Artigo
1	Feminino		amasiada	do lar	19	GO	147/129/21
2	Feminino		amasiada	do lar	1	GO	147/129/21
3	Feminino		casada	tec. Enfermagem	33	GO	147
4	Feminino		solteira	diarista	20	GO	147
5	Feminino		casada	costureira	3	GO	147/146
6	Feminino		casada	professora	8	TO	147/21
7	Feminino		casada	do lar	1	GO	147/21
8	Feminino		outras	vendedora	6	GO	147/21
9	Feminino		casada	do lar	1	GO	147/21
10	Feminino		casada	prof.de natação	30	GO	147/21
11	Feminino		casada	arrumadeira	83	GO	147/21
12	Feminino		outras	do lar	1	GO	147/21

Tabela 8-Transcrição dos dados do agressor

Agressor								
Ano: 1999								
	Sexo	Est.Civil	Profissão	Idade	Natural.	Cor	G. instruc.	Artigo
1	1	2	32	25	1	1	6	16
2	1	1	14	30	6	4	5	11
3	1	3	32	34	1	4	4	11
4	1	1	6	44	6	1	5	25
5	1	1	2	27	1	1	6	14
6	1	1	186	40	1	1	3	14
7	1	3	32	43	5	6	10	14
8	1	4	30	18	1	2	1	14
9	1	1	4	33	1	2	1	14
10	1	1	47	35	1	2	8	14
11	1	4	7	33	1	1	3	14
12	1	2	159	45	24	2	1	14

Tabela 9- Conversão dos dados do agressor

Agressor								
Ano: 1999								
	Sexo	Est.Civil	Profissão	Idade	Natural.	Cor	G. instruc.	Artigo
1	masculino	amasiado	Vendedor	25	GO	branca	2º completo	147/129/21
2	masculino	amasiado	Vendedor	32	GO	branca	2º completo	147/129/21
3	masculino	casado	Autônomo	14	MG	outras	1º incompleto	147
4	masculino	outros	Vendedor	32	GO	outras	1º completo	147
5	masculino	casado	Motorista	6	MG	branca	1º incompleto	147/146
6	masculino	casado	Comerciante	2	GO	branca	2º completo	147/21
7	masculino	casado	Chacareiro	186	GO	branca	primário incompleto	147/21
8	masculino	outros	Vendedor	32	MT	não consta	não consta	147/21
9	masculino	solteiro	Mecânico	30	GO	negra	analfabeto	147/21
10	masculino	casado	Pintor	4	GO	negra	analfabeto	147/21
11	masculino	casado	Advogado	47	GO	negra	3º completo	147/21
12	masculino	solteiro	Desempregado	7	GO	branca	primário incompleto	147/21

Tabela 10 – Transcrição dos dados.

Relatório médico									
Ano: 2000									
	Est.geral	Lesão	Instr/ meio	Tratam.	Seq.fut.	Afastado	Cor	Reg.corpo	Artigo
1	1	3	1	1	1	5	7	12	2
2	1	40	1	17	3	3	5	1	2
3	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4	1	62	1	1	1	1	7	7	2
5	1	3	1	1	1	1	7	10	2
6	-	-	-	-	-	-	-	-	-
7	-	-	-	-	-	-	-	-	-
8	1	35	1	1	1	1	3	7	2
9	1	62	1	1	1	1	7	3	2
10	1	3	1	1	1	1	5	3	2
11	1	37	1	1	1	1	7	10	2

Tabela 11- Conversão dos dados

Relatório médico										
Ano: 2000										
	Est.geral	Lesão	Instr/meio	Tratam.	Seq.fut.	Afastado	Cor	Reg.corpo	Artigo	
1	Bom	Equimose	Contundente	nenhum	nenhuma	alguns dias ate 7 dias	não consta	cabeça, tronco, membro superior	129/147	
2	Bom	Equimose	contundente	nenhum	nenhuma	alguns dias ate 7 dias	não consta	cabeça, tronco, membro superior	129/147	
3	Bom	escariose, crosta melisserica e hematica, lesao e equimose	contundente	medicação, clinica e outros	aguardar	aguardar evolução	clara	Cabeça	129/147	
4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
5	Bom	equimose, edema,escariose,crosta melisserica	contundente	nenhum	nenhuma	Não	não consta	cabeça, membro inferior	129/147	
6	Bom	Equimose	contundente	nenhum	nenhuma	Não	não consta	cabeça, tronco, membro inferior	129/147	
7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
9	Bom	hematoma,escariose, equimose	contundente	nenhum	nenhuma	Não	morena	cabeça, membro inferior	129/147	
10	Bom	equimose, edema,escariose,crosta melisserica	contundente	nenhum	nenhuma	Não	não consta	membro superior	129/147	
11	Bom	Equimose	contundente	nenhum	nenhuma	Não	clara	membro superior	129/147	
12	Bom	escariose.sangramento	contundente	nenhum	nenhuma	Não	não consta	cabeça, tronco, membro inferior	129/147	

ANPERG

Tabela 12- Anperg- coleta dos depoimentos

Coleta Análise de Perguntas										
Ano: 2000										
Nº	Qto temp vive juntos	Tem filhos	Quantos Filhos	Tempo de gravides	Idade	Caract.relacionamento	Autor é	Autor vê a vit.	A vit.vê autor	Agressão sotrida
1	16	1	2			26	7	9	9	1
										5
2	5	1	1		0,4	26	7	9	9	1
										5
3	3	1	1		3	26	7	9	9	1
4	6	1	1			4	1	9	9	1
										5
5	16	3				26	7	9	9	1
										5

Tabela 13-Anperg coleta dos depoimentos

Coleta Análise de Perguntas											
Ano: 2000											
Motivo p/ agressão	Autor tem vício	Qual	Como foi a agressão	Arma	Já foi agredida	Qtas vezes	Já denunciou	Não porque	Tentou separar	A relaç.do pai com os filhos	Artigo
7	3	4	2	1	1	3	3	5	3	5	2
			15								
7	3	4	2	1	1	4	1	5	3	5	2
			15								
7	1	1	16	5	1	3	3	5	3	5	2
1	1	1	1	1	3	4	3	5	3	5	2
			15								
2			3								
14	3	4	2	1	1	3	1	5	1	5	2
			15	4							
				7							
2	1	1	1	1	1	3	3	5	3	5	2
			15								
			5								

Tabela 14- coleta dos depoimentos

Análise de Perguntas										
Ano: 2000										
Nº	Qto temp vive juntos	Tem filhos	Quantos Filhos	Tempo de gravides	Idade	Caract.relacionamento	Autor é	Autor vê a vit.	A vit.vê autor	Agressão sotrida
9	14	sim	2		11	conflituoso	nada consta	nada consta	nada consta	Física
					9					
10	2	sim	1		1,4	ruim	Agressivo	nada consta	nada consta	Física
							bruto			ameaça de morte
11	20	sim	2			ruim	nada consta	nada consta	nada consta	Física
										ameaça de morte
12	12	não				ruim	Agressivo	nada consta	nada consta	Física
										ameaça de morte

Tabela 15- Coleta dos depoimentos

Análise de Perguntas											
Ano: 2000											
Motivo p/ agressão	Autor tem vicio	Qual	Como foi a agressão	Arma	Já foi agredida	Qtas vezes	Já denunciou	Não porque	Tentou separar	A relaç.do pai com os filhos	Artigo
Ciúme	nada consta	nada consta	murro	Corpo							
			tapa	Outras	Não	nada consta	nada consta	nada consta	nada consta	nada consta	
			outras								
Outras	sim	bebida	nada consta	nada consta	Sim	nada consta	não	Medo / temer o autor	nada consta	nada consta	129/147
			ameaça de morte								
Bebida	sim	bebida	ponta pé e chute	Corpo	Sim	nada consta	não	nada consta	nada consta	nada consta	129/147
			puxão de cabelo								
			murro								
			ameaça de morte								
sem motivo	sim	bebida	xingamento / verbalmente	corpo	Sim	várias vezes	não	nada consta	nada consta	nada consta	129/147
			empurrão								
Bebida	Sim	bebida	xingamento / verbalmente	corpo	Sim	nada consta	nada consta	nada consta	sim		129/147

Dados – Vítimas

Anexo 12

Tabela 16 – Idade da vítima. Art. 129, ano de 1999.

Faixa etária da vítima	Quantidade	Porcentagem
≤ 15	2	0,95
16 – 20	21	10,00
21 – 25	46	21,90
26 – 30	53	25,24
31 – 35	46	21,90
36 – 40	18	8,57
41 – 45	15	7,14
46 – 50	6	2,86
51 – 55	3	1,43
Total	210	100,00

Fonte: DDM-GO

Tabela 17 – Idade da vítima. Art. 129, ano de 2000.

Intervalo de idades	Quantidade	Porcentagem
≤ 15	1	0,25
16 – 20	52	12,78
21 – 25	105	25,80
26 – 30	75	18,43
31 – 35	78	19,16
36 – 40	50	12,29
41 – 45	29	7,13
46 – 50	12	2,95
51 – 55	4	0,98
56 – 60	1	0,25
Total	407	100,00

Fonte: DDM-GO

Tabela 18 - Idade da vítima. Art. 147, ano de 1999.

Faixa etária da vítima	Quantidade	Porcentagem
≤ 15	1	0,37
16 – 20	20	7,41
21 – 25	42	15,56
26 – 30	52	19,26
31 – 35	68	25,19
36 – 40	35	12,96
41 – 45	33	12,22
46 – 50	9	3,33
51 – 55	3	1,11
56 – 60	5	1,85
61 – 65	1	0,37
66 – 70	1	0,37
Total	270	100,00

Fonte: DDM-GO

Tabela 19 – Idade da vítima. Art. 147, ano de 2000.

Intervalo de idades	Quantidades	Porcentagem
16 – 20	29	5,94
21 – 25	89	18,24
26 – 30	99	20,29
31 – 35	96	19,67
36 – 40	92	18,85
41 – 45	37	7,58
46 – 50	27	5,53
51 – 55	13	2,66
56 – 60	5	1,02
61 – 65	1	0,20
Total	488	100,00

Fonte: DDM-GO

Estado civil – vítima

Tabela 20 – Estado Civil da Vítima. Art. 129, ano 1999.

Estado civil	Quantidade	Porcentagem
Casada	89	42,38
Amasiada	6	2,86
Outras	82	39,05
Solteira	27	12,86
Não consta	6	2,86
Total	210	100,00

Fonte: DDM-GO

Tabela 21 - Estado Civil da Vítima. Art. 129, ano 2000.

Estado civil	Quantidade	Porcentagem
Casada	170	41,77
Amasiada	54	13,27
Outras	91	22,36
Solteira	76	18,67
Divorciada	7	1,72
Desquistada	1	0,25
Viúva	4	0,98
Convivente	2	0,49
Cuncumbina	1	0,25
Separada	1	0,25
Total	407	100,00

Fonte: DDM-GO

Tabela 22 – Estado Civil da Vítima. Art. 147, ano 1999.

Estado civil da vítima	Quantidade	Porcentagem
Casada	147	54,44
Amasiada	24	8,89
Outras	75	27,78
Solteira	21	7,78
Divorciada	3	1,11
Total	270	100,00

Fonte: DDM-GO

Tabela 23 - Estado Civil da Vítima. Art. 147, ano 2000.

Estado civil	Quantidade	Porcentagem
Casada	256	52,46
Amasiada	58	11,89
Outras	96	19,67
Solteira	56	11,48
Divorciada	4	0,82
Desquistada	1	0,20
Viúva	2	0,41
Convivente	9	1,84
Cuncumbina	5	1,02
Não consta	1	0,20
Total	488	100,00

Fonte: DDM-GO

Tempo de união

Tabela 24 – Tempo de união da vítima com seu agressor. Art. 129, ano 1999.

Tempo de união	Quantidade	Porcentagem
00 – 03	77	36,67
04 – 07	50	23,81
08 – 11	26	12,38
12 – 15	19	9,05
16 – 19	13	6,19
20 – 23	5	2,38
24 – 27	7	3,33
Nada consta	13	6,19
Total	210	100,00

Fonte: DDM-GO

Tabela 25 – Tempo de união da vítima com seu agressor. Art. 129, ano 2000.

Tempo de união	Quantidades	Porcentagem
00 – 03	167	41,03
04 – 07	109	26,78
08 – 11	33	8,11
12 – 15	52	12,78
16 – 19	19	4,67
20 – 23	11	2,70
24 – 27	8	1,96
28 – 31	3	0,74
32 – 35	2	0,49
Não consta	3	0,74
Total	407	100,00

Fonte: DDM-GO

Tabela 26 – Tempo de união da vítima com seu agressor. Art. 147, ano 1999.

Tempo de união	Quantidades	Porcentagens
00 – 03	76	28,15
04 – 07	58	21,48
08 – 11	27	10,00
12 – 15	40	14,81
16 – 19	30	11,11
20 – 23	9	3,33
24 – 27	8	2,96
≥ 32	6	2,22
Não consta	16	5,93
Total	270	100,00

Fonte: DDM-GO

Tabela 27 – Tempo de união da vítima com seu agressor. Art. 147, ano 2000.

Tempo de união	Quantidades	Porcentagem
00 – 03	144	29,51
04 – 07	100	20,50
08 – 11	67	13,73
12 – 15	73	14,96
16 – 19	49	10,04
20 – 23	18	3,69
24 – 27	9	1,84
28 – 31	5	1,02
32 – 35	8	1,64
36 – 39	2	0,41
40 – 43	1	0,20
Não consta	12	2,46
Total	488	100,00

Fonte: DDM-GO

Filhos

Anexo 15

Tabela 28 – Tem filhos? Art. 129, ano 1999.

Tem filhos?	Quantidade	Porcentagem
Sim	122	58,10
Não	41	19,52
Não consta	47	22,38
Total	210	100,00

Fonte: DDM-GO

Tabela 29 – Quantidade de filhos. Art. 129, 1999.

Quantidade de filhos	Quantidade	Porcentagem
1	44	36,07
2	42	34,43
3	19	15,57
4	2	1,64
5	1	0,82
Não consta	14	11,48
Total	122	100,00

Fonte: DDM-GO

Tabela 30 – Idade dos filhos. Art. 129, ano 1999.

Intervalo de idades	Quantidade	Porcentagem
0 – 5	73	36,87
6 – 10	35	17,68
11 – 15	14	7,07
16 – 20	6	3,03
21 – 25	6	3,03
Não consta	64	32,32
Total	198	100,00

Fonte: DDM-GO

Tabela 31 – Tem filhos? Art. 129, 2000.

Tem filhos	Quantidades	Porcentagem
Sim	291	71,50
Não	76	18,67
Não consta	40	9,83
Total	407	100,00

Fonte: DDM-GO

Tabela 32 – Quantidade de filhos. Art. 129, 2000.

Quantidade de filhos	Quantidades	Porcentagem
1	116	39,86
2	95	32,65
3	42	14,43
4	14	4,81
5	5	1,72
6	1	0,34
Não consta	18	6,19
Total	291	100,00

Fonte: DDM-GO

Tabela 33 – Idade dos filhos. Art. 129, 2000.

Intervalo de idades	Quantidades	Porcentagem
00 – 05	177	34,10
06 – 10	70	13,49
11 – 15	53	10,21
16 – 20	27	5,20
21 – 25	6	1,16
26 – 30	2	0,39
Não consta	184	35,45
Total	519	100,00

Fonte: DDM-GO

Filhos

Tabela 34- Tem filhos? Art. 147, ano 1999.

Tem filhos?	Quantidade	Porcentagem
sim	192	71,11
não	20	7,41
Não consta	58	21,48
Total	270	100,00

Fonte: DDM-GO

Tabela 35 - Quantidade de filhos. Art. 147, ano 1999.

Quantidade de filhos	Quantidade	Porcentagem
1	48	25,00
2	76	39,58
3	30	15,63
4	15	7,81
5	4	2,08
8	1	0,52
Não consta	18	9,38
Total	192	100,00

Fonte: DDM-GO

Tabela 36 - Idade dos filhos. Art. 147, ano 1999.

Intervalo de idades	Quantidade	Porcentagem
0 – 5	91	24,07
06 – 10	65	17,20
11 – 15	53	14,02
16 – 20	29	7,67
21 – 25	13	3,44
26 – 30	1	0,26
Não consta	126	33,33
Total	378	100,00

Fonte: DDM-GO

Tabela 37 - Tem filhos. Art. 147, 2000.

Tem filhos	Quantidades	Porcentagem
Sim	358	73,36
Não	49	10,04
Não consta	81	16,60
Total	488	100,00

Fonte: DDM-GO

Tabela 38 - Quantidade de filhos. Art. 147, 2000.

Quantidade de filhos	Quantidades	Porcentagem
1	100	27,93
2	122	34,08
3	77	21,51
4	27	7,54
5	8	2,23
6	3	0,84
7	1	0,28
Não consta	20	5,59
Total	358	100,00

Fonte: DDM-GO

Anexo 17

Filhos e gestação

Tabela 39 - Idade dos filhos. Art. 147, 2000.

Intervalos de idades	Quantidades	Porcentagem
00 – 05	164	21,93
06 – 10	116	15,51
11 – 15	86	11,50
16 – 20	55	7,35
21 – 25	9	1,20
Não consta	318	42,51
Total	748	100,00

Fonte: DDM-GO

Tabela 40 - Meses de gestação. Art. 129, 1999.

Tempo de gestação	Quantidade	Porcentagem
2	1	20,00
3	1	20,00
4	2	40,00
7	1	20,00
Total	5	100,00

Fonte: DDM-GO

Tabela 41 - Meses de gestação. Art. 147, 1999.

Tempo de gestação	Quantidade	Porcentagem
6	2	50,00
7	1	25,00
9	1	25,00
Total	4	100,00

Fonte: DDM-GO

Tabela 42 - Meses de gestação. Art. 129, 2000.

Tempo de gestação	Quant.	Porcentagem
1	4	19,05
3	4	19,05
4	4	19,05
5	3	14,29
6	1	4,76
7	4	19,05
8	1	4,76
Total	21	100,00

Fonte: DDM-GO

Tabela 43 - Meses de gestação. Art. 147, 2000.

Tempo de gestação	Quantidades	Porcentagem
2	2	33,33
3	1	16,67
4	1	16,67
5	1	16,67
9	1	16,67
Total	6	100,00

Fonte: DDM-GO

Profissão da vítima

Tabela 44 – Profissão da vítima. Art. 129, ano 1999.

Profissão da vítima	Quantidade	Porcentagem
Do lar	84	40,00
Doméstica	25	11,90
Costureira	10	4,76
Func.pública	6	2,86
Vendedora	9	4,29
Comerciante	9	4,29
Professora	3	1,43
Não consta	5	2,38
Chefe de cozinha	6	2,86
Cabeleleira	12	5,71
Outras	41	19,52
Total	210	100,00

Fonte: DDM-GO ano 1999.

Tabela 45 – Profissão da vítima. Art. 129, ano 2000.

Profissões	Quantidades	Porcentagens
Do lar	144	35,38
Doméstica	55	13,51
Costureira	20	4,91
Func.pública	9	2,21
Vendedora	9	2,21
Comerciante	23	5,66
Diarista	13	3,19
Cabeleleira	15	3,69
Outras	119	29,24
Total	407	100,00

Fonte: DDM-GO

Tabela 46 – Profissão da vítima. Art. 147, ano 1999.

Profissão da vítima	Quantidade	Porcentagem
Do lar	108	40,00
Doméstica	35	12,97
Costureira	14	5,21
Func.pública	11	4,08
Vendedora	9	3,34
Comerciante	9	3,34
Cabeleleira	8	2,97
Prof.de natação	9	3,33
Téc. Enfermagem	6	2,22
Outras	61	22,54
Total	270	100,00

Fonte: DDM-GO

Tabela 47 – Profissão da vítima. Art. 147, ano 2000.

Profissões	Quantidades	Porcentagem
do lar	162	33,20%
Doméstica	86	17,62%
Costureira	29	5,94%
func.pública	15	3,07%
Vendedora	16	3,28%
Comerciante	18	3,69%
Professora	14	2,87%
Diarista	13	2,66%
Cabeleleira	10	2,05%
Outras	125	25,62%
Total	488	100,00%

Fonte: DDM-GO

Agressor

Tabela 48 – Idade do agressor. Art. 129, ano 1999.

Faixa etária do agressor	Quantidade	Porcentagem
16 - 20	7	3,33
21 - 25	42	20,00
26 - 30	52	24,76
31 - 35	39	18,57
36 - 40	35	16,67
41 - 45	14	6,67
46 - 50	13	6,19
51 - 55	4	1,90
56 - 60	2	0,95
61 - 65	1	0,48
Não consta	1	0,48
Total	210	100,00

Fonte: DDM-GO

Tabela 49 - Profissão do agressor. Art. 129, ano 1999.

Profissão do agressor	Quantidade	Porcentagem
Pedreiro	31	14,76
Comerciante	10	4,76
Pintor	5	2,38
Motorista	11	5,24
Desempregado	16	7,62
Mecânico	8	3,81
Vendedor	7	3,33
Chapeiro	5	2,38
Militar	4	1,90
Outras	113	53,81
Total	210	100,00

Fonte: DDM-GO

Tabela 50 - Escolaridade do agressor. Art. 129, ano 1999.

Grau de escolaridade do agressor	Quantidade	Porcentagem
Analfabeto	4	1,90
Primário	40	19,05
1º incompleto	29	13,81
1º completo	28	13,33
1º incompleto	59	28,10
2º completo	25	11,90
2º incompleto	9	4,29
3º completo	4	1,90
3º incompleto	2	0,95
Não consta	8	3,81
Alfabetizado	2	0,95
Total	210	100,00

Fonte: DDM-GO

Agressor

Tabela 51 - Idade do agressor. Art. 129, ano 2000.

Intervalo de idades	Quantidades	Porcentagem
16 - 20	16	3,93
21 - 25	70	17,20
26 - 30	97	23,83
31 - 35	94	23,10
36 - 40	46	11,30
41 - 45	37	9,09
46 - 50	30	7,37
51 - 55	8	1,97
56 - 60	4	0,98
61 - 65	3	0,74
66 - 70	1	0,25
Não consta	1	0,25
Total	407	100,00

Fonte:DDM-GO

Tabela 52 - Profissão do agressor. Art. 129, ano 2000.

Profissão	Quantidades	Porcentagem
Pedreiro	30	7,37
Comerciante	41	10,07
Motorista	24	5,90
Desempregado	24	5,90
Militar	20	4,91
Servente	19	4,67
Autônomo	18	4,42
Mecânico	9	2,21
Vendedor	16	3,93
Não consta	3	0,74
Outras	203	49,88
Total	407	100,00

Fonte: DDM-GO

Tabela 53 - Escolaridade do agressor. Art. 129, ano 2000.

Grau de instrução	Quantidades	Porcentagem
Analfabeto	14	3,44
Primário	43	10,57
1º incompleto	38	9,34
1º completo	47	11,55
1º incompleto	140	34,40
2º completo	62	15,22
2º incompleto	22	5,40
3º completo	15	3,68
3º incompleto	5	1,23
Não consta	17	4,18
Semi-analfabeto	3	0,74
Alfabetizado	1	0,25
Total	407	100

Fonte: DDM-GO

Agressor

Tabela 54 - Idade do agressor. Art. 147, ano 1999.

Faixa etária do agressor	Quantidade	Porcentagem
16 - 20	5	1,85
21 - 25	31	11,48
26 - 30	40	14,81
31 - 35	68	25,19
36 - 40	48	17,78
41 - 45	38	14,07
46 - 50	17	6,30
51 - 55	8	2,96
56 - 60	7	2,59
61 - 65	5	1,85
66 - 70	1	0,37
Não consta	2	0,74
Total	270	100,00

Fonte: DDM-GO

Tabela 55 - Profissão do agressor. Art. 147, ano 1999.

Profissão do agressor	Quantidade	Porcentagem
Pedreiro	32	11,86
Comerciante	20	7,42
Pintor	15	5,57
Motorista	17	6,31
Desempregado	19	7,04
Militar	4	1,48
Desocupado	7	2,59
Aposentado	6	2,22
Mecânico	11	4,07
Vendedor	19	7,04
Outras	120	44,40
Total	270	100,00

Fonte: DDM-GO

Tabela 56 - Escolaridade do agressor. Art. 147, ano 1999.

Grau de escolaridade	Quantidade	Porcentagem
Analfabeto	16	5,93
Primário	48	17,78
1º incompleto	43	15,93
1º completo	29	10,74
1º incompleto	66	24,44
2º completo	26	9,63
2º incompleto	11	4,07
3º completo	6	2,22
3º incompleto	6	2,22
Não consta	7	2,59
Semi-analfabeto	5	1,85
Alfabetizado	7	2,59
Total	270	100,00

Fonte: DDM-GO

Agressor

Tabela 57 - Idade do agressor. Art. 147, ano 2000.

Intervalo de idades	Quantidades	Porcentagem
16 - 20	7	1,43
21 - 25	44	9,02
26 - 30	87	17,83
31 - 35	96	19,67
36 - 40	89	18,24
41 - 45	71	14,55
46 - 50	45	9,22
51 - 55	29	5,94
56 - 60	8	1,64
61 - 65	8	1,64
66 - 70	1	0,20
71 - 75	0	0,00
76 - 80	1	0,21
Não consta	2	0,41
Total	488	100,00

Fonte: DDM-GO

Tabela 58 - Profissão do agressor. Art. 147, ano 2000.

Profissões	Quantidades	Porcentagem
Pedreiro	54	11,07
Comerciante	30	6,15
Pintor	13	2,66
Motorista	31	6,35
Desempregado	44	9,02
Servente	22	4,51
Autônomo	22	4,51
Vendedor	20	4,10
Jardineiro	11	2,25
Func. público	10	2,05
Outras	229	46,92
Não consta	2	0,41
Total	488	100,00

Fonte: DDM-GO

Tabela 59 - Escolaridade do agressor. Art. 147, ano 2000.

Grau instrução	Quantidades	Porcentagem
Analfabeto	14	2,87
Primário	83	17,01
1º incompleto	59	12,09
1º completo	43	8,81
1º incompleto	145	29,73
2º completo	63	12,91
2º incompleto	31	6,35
3º completo	15	3,07
3º incompleto	6	1,23
Não consta	22	4,50
Semi-analfabeto	2	0,41
Alfabetizado	5	1,02
Total	488	100,00

Fonte: DDM-GO

Dados sobre a ocorrência

Tabela 60 - Local onde ocorreu a violência. Art. 129, ano 1999.

Local da agressão	Quantidade	Porcentagem
Residência vítima	166	79,05
Residência agressor	4	1,90
Via pública	27	12,86
Outros	13	6,19
Total	210	100,00

Fonte: DDM-GO

Tabela 61 - Horário da agressão. Art. 129, ano 1999.

Horário da agressão	Quantidade	Porcentagem
0 a 3	24	11,43
4 a 7	10	4,76
8 a 11	28	13,33
12 a 15	25	11,90
16 a 19	40	19,05
20 a 23	78	37,14
Não consta	5	2,38
Total	210	100,00

Fonte: DDM-GO

Tabela 62 - Origem da denúncia. Art. 129, ano 1999.

Origem da denúncia	Quantidade	Porcentagem
Direta	176	83,81
Flagrante	25	11,90
Militar	8	3,81
Mãe	1	0,48
Total	210	100,00

Fonte: DDM-GO

Tabela 63 - Local onde ocorreu a violência. Art. 129, ano 2000.

Local	Quantidades	Porcentagem
Residência vítima	349	85,75
Residência agressor	5	1,23
Via pública	28	6,88
Outros	25	6,14
Total	407	100,00

Fonte: DDM-GO

Tabela 64 - Horário da agressão. Art. 129, ano 2000.

Hora	Quantidades	Porcentagem
0 a 3	49	12,04
4 a 7	22	5,41
8 a 11	47	11,55
12 a 15	46	11,30
16 a 19	93	22,85
20 a 23	145	35,63
Não consta	5	1,23
Total	407	100,00

Fonte: DDM-GO

Tabela 65 - Origem da denúncia. Art. 129, ano 2000.

Origem	Quantidades	Porcentagem
Direta	325	79,85
Flagrante	54	13,27
Militar	28	6,88
Total	407	100,00

Fonte: DDM-GO

Dados sobre a ocorrência

Tabela 66 - Local onde ocorreu a violência. Art. 147, ano 1999.

Local da agressão	Quantidade	Porcentagem
Residência vítima	229	84,81
Residência agressor	3	1,11
Via pública	18	6,67
Outros	20	7,41
Total	270	100,00

Fonte: DDM-GO

Tabela 67 - Horário da agressão. Art. 147, ano 1999.

Horário da agressão	Quantidade	Porcentagem
0 a 3	22	8,15
4 a 7	10	3,70
8 a 11	30	11,11
12 a 15	50	18,52
16 a 19	56	20,74
20 a 23	96	35,56
Não consta	6	2,22
Total	270	100,00

Fonte: DDM-GO

Tabela 68 - Origem da denúncia. Art. 147, ano 1999.

Origem da denúncia	Quantidade	Porcentagem
Direta	205	75,93
Flagrante	54	20,00
Militar	10	3,70
Conselho tutelar	1	0,37
Total	270	100,00

Fonte: DDM-GO

Tabela 69 - Local onde ocorreu a violência. Art. 147, ano 2000.

Local	Quantidades	Porcentagem
Residência vítima	423	86,68
Residência agressor	2	0,41
Via pública	21	4,30
Outros	42	8,61
Total	488	100,00

Fonte: DDM-GO

Tabela 70 - Horário da agressão. Art. 147, ano 2000.

Hora	Quantidades	Porcentagem
0 a 3	37	7,59
4 a 7	23	4,71
8 a 11	54	11,06
12 a 15	66	13,52
16 a 19	127	26,03
20 a 23	159	32,58
Não consta	22	4,51
Total	488	100,00

Fonte: DDM-GO

Tabela 71 - Origem da denúncia. Art. 147, ano 2000.

Origem	Quantidades	Porcentagem
Direta	372	76,23
flagrante	83	17,01
Militar	33	6,76
Total	488	100,00

Fonte: DDM-GO

Dados sobre a agressão e atendimento

Tabela 72 - Atendimento médico. Art. 129, ano 1999.

Foram encaminhadas	Quantidade	Porcentagem
Sim	144	68,57
Não	66	31,43
Total	210	100,00

Fonte: DDM-GO

Tabela 73 - Agressão sofrida. Art. 129, ano 1999.

Agressão sofrida	Quantidade	Porcentagem
Física	197	63,96
Psicológica	3	0,97
Sexual	2	0,65
Ameaça de morte	67	21,75
Palavrões e xingamento	39	12,66
Total	308	100,00

Fonte: DDM-GO

Tabela 74 - Como foi a agressão. Art. 129, ano 1999.

Como foi a agressão	Quantidade	Porcentagem
Soco	35	6,78
Murro	82	15,89
Ponta pé e chute	92	17,83
Xingamento / verbalmente	62	12,02
Tapa	75	14,53
Empurrão	19	3,68
Ameaça de morte	52	10,08
Outras	99	19,19
Total	516	100,00

Fonte: DDM-GO

Tabela 75 - Atendimento médico. Art. 129, ano 2000.

IML	Quantidades	Porcentagem
Sim	336	82,55
Não	71	17,45
Total	407	100,00

Fonte: DDM-GO

Tabela 76 - Agressão sofrida. Art. 129, ano 2000.

Agressão sofrida	Quantidades	Porcentagem
Física	388	58,70
Psicológica	2	0,30
Sexual	3	0,45
Ameaça de enforcamento	8	1,21
Ameaça de morte	159	24,05
Palavrões e xingamento	82	12,41
Nada consta	3	0,45
Ameaça	16	2,42
Total	661	100,00

Fonte: DDM-GO

Tabela 77 - Meio utilizado para praticar a violência. Art. 129, ano 2000.

Arma	Quantidades	Porcentagem
Corpo	344	72,27
Pau	10	2,10
Arma de fogo	4	0,84
Branca	35	7,35
Corrente	3	0,63
Outras	51	10,71
Nada consta	29	6,09
Total	476	100,00

Fonte: DDM-GO

Dados sobre o atendimento e estado geral da vítima

Tabela 78 - Atendimento médico. Art. 147, ano 1999.

Atendimento médico?	Quantidade	Porcentagem
Sim	7	2,59
Não	263	97,41
Total	270	100,00

Fonte: DDM-GO ano 1999.

Tabela 79 - Atendimento médico. Art. 147, ano 2000.

IML	Quantidades	Porcentagem
Sim	18	3,69
Não	470	96,31
Total	488	100,00

Fonte: DDM-GO

Tabela 80 - Estado geral da vítima. Art. 129, ano 1999.

Estado geral da vítima	Quantidade	Porcentagem
Bom	104	90,43
Regular	4	3,48
Não consta	3	2,61
Bom e grávida	2	1,74
Bom e alcoolizado	1	0,87
Ilegível	1	0,87
Total	115	100,00

Fonte: DDM-GO ano 1999.

Tabela 81 – Lesões apresentadas. Art. 129, ano 1999.

Tipo de lesão apresentada pela vítima	Quantidade	Porcentagem
Hematoma	13	11,30
Escoriose	5	4,35
Equimose	20	17,39
Hematoma e escoriose	4	3,48
Escariose, equimose e crosta melissérica hemática	9	7,83
Escariose crosta melissérica e hemática	7	6,09
Hematoma, escariose, equimose	4	3,48
Escariose, equimose	10	8,70
Lesão e equimose	5	4,35
Outras	38	33,04
Total	115	100,00

Fonte: DDM-GO ano 1999.

Tabela 82 - Tratamento médico prescrito. Art. 129, ano 1999.

Tratamento prescrito a vítima	Quantidade	Porcentagem
Nenhum	99	86,09
Medicação	3	2,61
Clinico	1	0,87
Conservador	1	0,87
Encaminhado	1	0,87
Clinico conservador	3	2,61
Medicação, clinica e outros	1	0,87
Sutura, medicamentos, anestesia	1	0,87
Sutura, medicação, limpeza	1	0,87
Sintomática	1	0,87
Raio X	2	1,74
Ilegível	1	0,87
Total	115	100,00

Fonte: DDM-GO

Estado geral da vítima, e meio utilizado para praticar a violência.

Tabela 83 - Região do corpo lesionada. Art. 129, ano 1999.

Região corpo	Quant	Percent.
Cabeça	26	17,22
Tronco	5	3,31
Membro superior	22	14,57
Membro inferior	15	9,93
Pescoço	2	1,32
Cabeça, membro superior, membro inferior, pescoço	2	1,32
Cabeça, membro inferior	9	5,96
Membro superior e pescoço	2	1,32
Tronco e membro superior	3	1,99
Cabeça, tronco, membro inferior	1	0,66
Membro superior e membro inferior	7	4,64
Cabeça, tronco, membro superior	2	1,32
Cabeça, membro superior	15	9,93
Membro superior, membro inferior, e pescoço	2	1,32
Cabeça, membro superior, membro inferior, tronco, e pescoço	1	0,66
Tronco e, membro inferior	1	0,66
Cabeça, pescoço	1	0,66
Tronco, membro superior, membro inferior	2	1,32
Cabeça, pescoço, membro superior	1	0,66
Ilegível	32	21,19
Total	151	100,00

Fonte: DDM-GO

Tabela 84 - Meio utilizado para praticar a violencia. Art. 129, ano 1999.

Arma	Quantidade	Porcentagem
Corpo	191	83,41
Pau	4	1,75
Arma de fogo	1	0,44
Branca	8	3,49
Corrente	2	0,87
Outras	15	6,55
Nada consta	4	1,75
Cinto	4	1,75
Total	229	100,00

Fonte: DDM-GO

Tabela 85 - Estado geral da vítima. Art. 129, ano 2000.

Estado geral	Quantidades	Porcentagem
Bom	305	90,24
Regular	13	3,85
Não consta	6	1,78
Bom e grávida	1	0,30
Bom e alcoolizado	1	0,30
Consciente	1	0,30
Bom e regular	1	0,30
Mantido	1	0,30
Ilegível	9	2,66
Total	338	100,00

Fonte: DDM-GO

Anexo 28

Estado geral da vítima, e meio utilizado para praticar a violência.

Tabela 86 - Lesões apresentadas. Art. 129, ano 2000.

Lesão	Quantidades	Porcentagem
Escoriose	23	6,80
Equimose	54	15,98
Lesão	12	3,55
Escariose equimose lesao	13	3,85
Escariose, equimose e crosta melisserica hemática	9	2,66
Hematoma,escariose, equimose	12	3,55
Escariose, equimose	64	18,93
Hematoma, equimose	9	2,66
Equimose e edema	16	4,73
Lesão e escariose	9	2,66
Equimose, edema, escariose, crosta melisserica	8	2,37
Outras	100	29,59
Ilegível	9	2,66
Total	338	100,00

Fonte: DDM-GO

Tabela 87 - Tratamento médico prescrito. Art. 129, ano 2000.

Tratamento	Quantidades	Porcentagem
Nenhum	280	82,84
Medicação	7	2,07
Clínico	6	1,78
Não consta	4	1,18
Outras	32	9,47
Ilegível	9	2,66
Total	338	100,00

Fonte: DDM-GO

Tabela 88 - Região do corpo lesionada. Art. 129, ano 2000.

Região do corpo	Quantidades	Porcentagem
Cabeça	67	19,82
Tronco	10	2,96
Membro superior	37	10,95
Membro inferior	17	5,03
Cabeça, membro inferior	14	4,14
Tronco e membro superior	10	2,96
Membro superior e membro inferior	33	9,76
Cabeça, tronco, membro superior	8	2,37
Cabeça, membro superior	51	15,09
Membro superior, membro inferior, e pescoço	24	7,10
Cabeça, tronco	13	3,85
Cabeça, pescoço	8	2,37
Cabeça, tronco, membro inferior, membro superior	11	3,25
Outras	26	7,69
Ilegível	9	2,66
Total	338	100,00

Fonte: DDM-GO

Tabela 89 - Meio utilizado para praticar a violencia. Art. 129, ano 2000.

Arma	Quantidades	Porcentagem
Corpo	344	72,27
Pau	10	2,10
Arma de fogo	4	0,84
Arma branca	35	7,35
Corrente	3	0,63
Outras	51	10,71
Nada consta	29	6,09
Total	476	100,00

Fonte: DDM-GO

Caractrísticas do relacionamento

Tabela 90 - Característica do relacionamento. Art. 129, ano 1999.

Característica do Relacionamento	Quantidade	Porcentagem
Conturbado	30	10,60
Pacífico/bom	8	2,83
Marcado por desentendimento	30	10,60
Brigando muito	26	9,19
Conflituoso	28	9,89
Marcado por agressões físicas	23	8,13
Ruim	112	39,58
Outras	26	9,19
Total	283	100,00

Fonte: DDM-GO

Tabela 91 - Característica do relacionamento. Art. 129, ano 2000.

Característica do Relacionamento	Quantidades	Porcentagem
Conturbado	8	2,00
Não harmoniosa	19	4,75
Vivem bem	13	3,25
Conflituoso	11	2,75
Ruim	311	77,75
Outras	38	9,50
Total	400	100,00

Fonte: DDM-GO

Tabela 92 - Característica do relacionamento. Art. 147, ano 1999.

Característica do Relacionamento	Quantidade	Porcentagem
Conturbado	1	0,37
Pacífico/bom	3	1,11
Não harmoniosa	4	1,48
Marcado por desentendimento	4	1,48
Dificuldade de convivência	10	3,69
Tumultuado	4	1,48
Vivem bem	5	1,85
Conflituoso	22	8,12
Marcado por agressões físicas	1	0,37
Um inferno	2	0,74
Ruim	205	75,65
Não consta	4	1,48
Estremecido	4	1,48
Cheio de embaraço	1	0,37
Maltrato	1	0,37
Total	271	100,00

Fonte: DDM-GO

Tabela 93 - Característica do relacionamento. Art. 147, ano 2000.

Característica do relacionamento	Quantidades	Porcentagem
Conturbado	16	3,27
Não harmoniosa	28	5,73
Marcado por desentendimento	20	4,09
Dificuldade de convivência	10	2,04
Conflituoso	33	6,75
Ruim	329	67,28
Outras	53	10,84
Total	489	100,00

Fonte: DDM-GO

Características do agressor

Tabela 94 - O autor é? Art. 129, ano 1999.

O autor é	Quantidade	Porcentagem
Violento	58	15,59
Agressivo	98	26,34
Ciumento	17	4,57
Bruto	44	11,83
Nada consta	94	25,27
Alcoólatra/ alcolista	39	10,48
Outras	22	5,91
Total	372	100,00

Fonte: DDM-GO

Tabela 95 - O autor é? Art. 129, ano 2000.

O autor é	Quantidades	Porcentagem
Violento	62	10,97
Agressivo	172	30,44
Ciumento	42	7,43
Nervoso	18	3,19
Bruto	66	11,68
Nada consta	160	28,32
Alcoólatra/ alcolista	31	5,49
Outras	14	2,48
Total	565	100,00

Fonte: DDM-GO

Tabela 96 - O autor é? Art. 147, ano 1999.

O autor é	Quantidade	Porcentagem
Violento	11	3,32
Agressivo	76	22,96
Ciumento	14	4,23
Desempregado	1	0,30
Nervoso	2	0,60
Bruto	46	13,90
Nada consta	153	46,22
Desequilibrado emocionalmente	1	0,30
Alcoólatra/ alcolista	27	8,16
Total	331	100,00

Fonte: DDM-GO

Tabela 97 - O autor é? Art. 147, ano 2000.

O autor é	Quantidades	Porcentagem
Violento	43	6,46
Agressivo	161	24,17
Ciumento	30	4,50
Bruto	77	11,56
Nada consta	233	34,98
Alcoólatra/ alcolista	84	12,61
Outras	38	5,71
Total	666	100,00

Fonte: DDM-GO

Como o agressor vê a vítima e o motivo para a agressão

Tabela 98 - Como o autor vê a vítima. Art. 129, ano 1999.

Como o autor vê a vítima	Quantidade	Porcentagem
Sem vergonha	5	2,30
Vagabunda	6	2,76
Diminui a moralmente	5	2,30
Nada consta	189	87,10
Outras	12	5,53
Total	217	100,00

Fonte: DDM-GO

Tabela 99 - Como o autor vê a vítima. Art. 129, ano 2000.

Como o autor vê a vítima	Quantidades	Porcentagem
puta	11	2,55
vagabunda	30	6,94
traindo	11	2,55
nada consta	345	79,86
outras	35	8,10
Total	432	100,00

Fonte: DDM-GO

Tabela 100 - Como o autor vê a vítima. Art. 147, ano 1999.

Como o autor vê a vítima	Quantidade	Porcentagem
Sem vergonha	1	0,36
Puta	1	0,36
Vagabunda	13	4,63
Prostituta	4	1,42
Traindo	3	1,07
Nada consta	251	89,32
Safada	2	0,71
Galinha	1	0,36
Piranha	4	1,42
Desgraçada	1	0,36
Total	281	100,00

Fonte: DDM-GO

Tabela 101 - Como o autor vê a vítima. Art. 147, ano 2000.

Como o autor vê a vítima	Quantidades	Porcentagem
Vagabunda	29	5,69
Traindo	11	2,16
Nada consta	422	82,75
Outras	48	9,41
Total	510	100,00

Fonte: DDM-GO

Tabela 102 - Motivo para a agressão. Art. 129, ano 1999.

Motivo para a agressão	Quantidade	Porcentagem
Ciúme	32	13,45
Bebida	66	27,73
Droga	7	2,94
Desemprego	6	2,52
Sem motivo	12	5,04
Nada consta	11	4,62
Ele não aceita a separação	18	7,56
Outras	86	36,13
Total	238	100,00

Fonte: DDM-GO

Motivos para a agressão e a incidência

Tabela 103 - Motivo para a agressão. Art. 147, ano 2000.

Motivo para a agressão	Quantidade	Porcentagem
Ciúme	20	6,85
Bebida	74	25,34
Droga	5	1,71
Amante	11	3,77
Sem motivo	1	0,34
Sexo	9	3,08
Nada consta	19	6,51
Trabalhar fora	1	0,34
Outras	76	26,03
Problemas financeiros	1	0,34
Ele não aceita a separação	53	18,15
Motivo banal	5	1,71
Traição	1	0,34
Quer que ela vá embora	16	5,48
Total	292	100,00

Fonte: DDM-GO

Tabela 104 - Motivo para a agressão. Art. 129, ano 2000.

Motivo para a agressão	Quantidades	Porcentagem
Ciúme	57	11,70
Bebida	143	29,36
Amante	23	4,72
Sem motivo	61	12,53
Sexo	11	2,26
Nada consta	39	8,01
Outras	111	22,79
Ele não aceita a separação	17	3,49
Outras	25	5,13
Total	487	100,00

Fonte: DDM-GO

Tabela 105 - Motivo para a agressão. Art. 147, ano 2000.

Motivo para a agressão	Quantidades	Porcentagem
Ciúme	37	6,76
Bebida	153	27,97
Nada consta	50	9,14
Ele não aceita a separação	88	16,09
Outras	219	40,04
Total	547	100,00

Fonte: DDM-GO

Tabela 106 - Já foi agredida antes? Art. 129, ano 1999.

Já foi agredida antes	Quantidade	Porcentagem
Sim	144	68,57
Não	7	3,33
Nada consta	59	28,10
Total	210	100,00

Fonte: DDM-GO

Tabela 107 - Já foi agredida antes? Art. 147, ano 1999.

Já foi agredida antes?	Quantidade	Porcentagem
Sim	210	77,78
Não	1	0,37
Nada consta	59	21,85
Total	270	100,00

Fonte: DDM-GO

Incidência da agressão e sua frequência

Tabela 108 - Já foi agredida antes? Art. 129, ano 2000.

Já foi agredida antes?	Quantidade	Porcentagem
Sim	266	65,36
Não	12	2,95
Nada consta	129	31,70
Total	407	100,00

Fonte: DDM-GO

Tabela 109 - Já foi agredida antes ? Art. 147, ano 2000.

Já foi agredida antes?	Quantidade	Porcentagem
Sim	362	74,18
Não	3	0,61
Nada consta	123	25,20
Total	488	100,00

Fonte: DDM-GO

Tabela 110 - Quantas vezes foi agredida antes? Art. 129, ano 1999.

Quantas vezes	Quantidade	Porcentagem
Uma vez	2	1,39
Duas vezes	5	3,47
Várias vezes	131	90,97
Nada consta	6	4,17
Total	144	100,00

Foten: DDM-GO

Tabela 111 - Quantas vezes foi agredida antes? Art. 147, ano 1999.

Quantas vezes	Quantidade	Porcentagem
Uma vez	2	0,95
Duas vezes	7	3,33
Várias vezes	170	80,95
Nada consta	31	14,76
Total	210	100,00

Fonte: DDM-GO

Tabela 112 - Quantas vezes? Art. 129, ano 2000.

Quantas vezes	Quantidades	Porcentagem
Uma vez	5	1,88
Duas vezes	15	5,64
Várias vezes	214	80,45
Nada consta	32	12,03
Total	266	100,00

Fonte: DDM-GO

Tabela 113 - Quantas vezes? Art. 147, ano 2000.

Quantas vezes	Quantidades	Porcentagem
Uma vez	2	0,55
Duas vezes	11	3,04
Várias vezes	231	63,81
Nada consta	118	32,60
Total	362	100,00

Fonte: DDM-GO

Tabela 114 - Já denunciou? Art. 129, ano1999.

Já denunciou	Quantidade	Porcentagem
Sim	14	9,72
Não	61	42,36
Nada consta	69	47,92
Total	144	100,00

Fonte: DDM-GO

Denúncia

Tabela 115 -Já denunciou? Art.147, ano 1999.

Já denunciou	Quantidade	Porcnetagem
Sim	33	15,71
Não	36	17,14
Nada consta	141	67,14
Total	210	100,00

Fonte: DDM-GO

Tabela 116 - Já denunciou? Art. 129, ano 2000.

Já denunciou	Quantidades	Porcentagem
Sim	59	22,18
Não	133	50,00
Nada consta	74	27,82
Total	266	100,00

Fonte: DDM-GO

Tabela 117 - Já denunciou? Art. 147, ano 2000.

Já denunciou	Quantidades	Porcentagem
Sim	105	29,01
Não	80	22,10
Nada consta	177	48,90
Total	362	100,00

Fonte: DDM-GO

Tabela 118 - Por que não denunciou? Art. 129, ano 1999.

Não porque	Quantidade	Porcentagem
Medo/temer o autor	25	11,21
Ameaça de morte	28	12,56
Prometeu mudar de comportamento	5	2,24
Ameaça de morte e suicídio	5	2,24
Nada consta	157	70,40
Achou que ele mudaria de comportamento	3	1,35
Total	223	100,00

Fonte: DDM-GO

Tabela 119 - Por que não denunciou? Art. 147, ano 1999.

Não porque	Quantidade	Porcentagem
Medo/temer o autor	7	2,59
Ameaça de morte	11	4,07
Ameaça de morte e suicídio	1	0,37
Nada consta	249	92,22
Achou que ele mudaria de comportamento	1	0,37
Devido à interferência da família	1	0,37
Total	270	100,00

Fonte: DMM-GO

Tabela 120 - Por que não denunciou? Art. 129, ano 2000.

Não porque	Quantidade	Porcentagem
Medo/temer o autor	26	19,55
Ameaça de morte	20	15,04
Prometeu mudar de comportamento	4	3,01
Nada consta	80	60,15
Achou que ele mudaria de comportamento	3	2,26
Total	133	100,00

Fonte: DDM-GO

Tentativa de separação

Tabela 121 - Tentou separar? Art. 129, ano 1999.

Tentou separar	Quantidade	Porcentagem
Sim	65	30,95
Não	12	5,71
Nada consta	133	63,33
Total	210	100,00

Fonte: DDM-GO

Tabela 122 - Tentou separar? Art. 147, ano 1999.

Tentou separar	Quantidade	Porcentagem
Sim	129	47,78
Não	1	0,37
Nada consta	140	51,85
Total	270	100,00

Fonte: DDM-GO

Tabela 123 - Tentou separar? Art. 129, ano 2000.

Tentou separar	Quantidades	Porcentagem
Sim	106	26,04
Não	10	2,46
Nada consta	291	71,50
Total	407	100,00

Fonte: DDM-GO

Tabela 124 - Tentou separar? Art. 147, ano 2000.

Tentou separar	Quantidades	Porcentagem
Sim	210	43,03
Não	3	0,61
Nada consta	275	56,35
Total	488	100,00

Fonte: DDM-GO